



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

Ana Carolina de Moura Pereira

**A DISCUSSÃO DE GÊNERO NO CUIDADO ÀS CRIANÇAS E
ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO NO DISTRITO
FEDERAL**

Brasília – DF

2015

Ana Carolina de Moura Pereira

**A DISCUSSÃO DE GÊNERO NO CUIDADO ÀS CRIANÇAS E
ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO NO DISTRITO
FEDERAL**

Monografia apresentada ao Departamento de Serviço Social – SER do Instituto de Ciências Humanas – IH da Universidade de Brasília – UnB como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, sob orientação da professora mestre Marlene de Jesus Silva Santos.

Brasília – DF

2015

Ana Carolina de Moura Pereira

**A DISCUSSÃO DE GÊNERO NO CUIDADO ÀS CRIANÇAS E
ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO NO DISTRITO
FEDERAL**

Monografia apresentada ao Departamento de Serviço Social – SER do Instituto de Ciências Humanas – IH da Universidade de Brasília – UnB como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, sob orientação da professora mestre Marlene de Jesus Silva Santos.

Aprovado em: 10/12/2015

BANCA EXAMINADORA

Professora Mestre Marlene de Jesus Silva Santos
Orientadora

Professora Mestre Patrícia Cristina Pinheiro de Almeida
Examinadora Interna

Assistente Social, Xênia Rodrigues Fernandes
Examinadora Externa

Às mulheres.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por me ensinar que amar ao próximo é uma virtude.

Aos meus pais, pelo amor incondicional e apoio em todos os âmbitos da minha vida. Sem vocês, eu nada seria.

Aos meus queridos irmãos, Lucas e Vinicius, por fazerem parte da minha vida.

Ao companheirismo do Fred, meu amor de quatro patas, que nos momentos mais difíceis me proporcionou risadas tão fáceis.

À toda minha família, pela torcida e por estarem presentes nas minhas vitórias e fracassos. À Crys, prima e amiga, pelo elo de sangue e amizade que nos une para sempre.

Ao Igor, por transformar todos os dias em um dia especial. Obrigada por estar construindo uma história ao meu lado.

À Thayná, por ser o maior presente que a universidade me proporcionou. Obrigada pela amizade nesses árduos quatro anos.

Às minhas amigas Gabi, Tahná e Amanda. Obrigada por compreenderem as minhas longas ausências. Vocês são as melhores amigas que eu poderia ter.

À minha orientadora, professora mestre Marlene de Jesus Silva Santos, pela paciência e contribuição para minhas reflexões.

À professora Patrícia Pinheiro por ter aceitado participar da banca examinadora e pelas suas contribuições à pesquisa.

Ao Setor Psicossocial da Casa de Ismael – Lar da Criança, em especial à Glênia e Xênia, pela acolhida e ensinamentos no processo de estágio, pela amizade e pelas contribuições para a concretização deste trabalho.

Aos professores do departamento de Serviço Social por ministrarem com excelência as disciplinas.

À todos os profissionais que contribuíram direta ou indiretamente com a pesquisa.

E, finalmente, dedico este trabalho a mim mesma, por enfrentar com fé os desafios e pequenas batalhas do dia-a-dia.

“A menos que modifiquemos a nossa maneira de pensar, não seremos capazes de resolver os problemas causados pela forma como nos acostumamos a ver o mundo”.

(Albert Einstein)

RESUMO

O cuidado visto como atribuição feminina incide sobre a conformação do mercado de trabalho. Muitos são os avanços legais para garantir que a diferença salarial e o exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo sejam superados. Contudo, a desigualdade persiste. Tendo em vista a presença expressiva de mulheres assumindo a função de cuidadoras sociais nos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes do Distrito Federal – DF e a escassez de publicações sobre o tema, esta pesquisa qualitativa e exploratória objetiva discutir as relações de gênero nos serviços de cuidado das instituições de acolhimento para crianças e adolescentes de DF. A pesquisa foi realizada a partir da análise bibliográfica, análise documental e realização de entrevistas semiestruturadas com profissionais envolvidos no processo de contratação dos cuidadores sociais ou, no caso da instituição de acolhimento pública-estatal, com um profissional envolvido diretamente na orientação prestada aos cuidadores sociais. Foram tomados cuidados éticos para preservar a autonomia e anonimato dos participantes. O processo de análise dos dados envolveu quatro fases: organização, leitura geral, codificação e análise e interpretação dos dados coletados. Constatou-se que as relações de gênero perpassam os métodos e prioridades na contratação dos cuidadores e, também, as formas institucionais atuais dos serviços de acolhimento.

Palavras-chave: Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes; Cuidadores Sociais; Gênero; Divisão Sexual do Trabalho; Assistência Social.

ABSTRACT

The “care” understood as female award focuses on the conformation of the labor market. There are several legal developments to overcome the wage gap, the exercise of functions and admission criteria because of sex. However, inequality persists. Considering the significant presence of women working as social carers in services for children and adolescents in the Federal District - DF and the lack of publications about the subject, this qualitative and exploratory research expects discuss gender relations in institutions of care services for children and adolescents from DF. The survey was conducted from the literature review, document analysis and execution of semi-structured interviews with professionals involved in the recruitment of social carers. In the case of public-state institution, the Interview was done with a professional directly involved in the orientation given to social carers. Ethical care was taken to preserve the autonomy and anonymity of the participants. The data analysis process involved four phases: organization, general reading, coding and analysis and interpretation of collected data. It was found that gender relations pervade the methods and priorities in hiring caregivers and the institutional forms of services.

Keywords: Services for Children and Adolescents; Social Carers; Genre; Sexual Division of Labor; Social Assistance.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CDCA/DF	Conselho dos Direitos das Crianças e Adolescentes
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
DF	Distrito Federal
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EBC	Empresa Brasil de Comunicação
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FEBEM	Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNABEM	Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor
GDF	Governo do Distrito Federal
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MPDFT	Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
NOB-RH/SUAS	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos da Assistência Social

OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNBEM	Política Nacional de Bem-Estar do menor
SAM	Serviço de Assistência a Menores
SEDHS	Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
VII/DF	Vara da Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Tabela 1 – Natureza e Modalidade das Instituições Pesquisadas	15
Tabela 2 – Perfil dos Entrevistados	16

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 AS INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	18
1.1 INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO	18
1.1.1 FASE CARITATIVA	19
1.1.2 A FASE FILANTRÓPICA	21
1.1.3 O ESTADO DÁ SEUS PRIMEIROS PASSOS	23
1.2 A SITUAÇÃO DOS ACOLHIMENTOS INSTITUCIONAIS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES APÓS A PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	26
1.2.1 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E AS NOVAS CONFIGURAÇÕES DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	28
1.2.2 NOVOS PARADIGMAS VS. VELHOS PARADIGMAS: AS INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO NO DISTRITO FEDERAL	31
2 A MARCA FEMININA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL	39
2.1 AS RELAÇÕES DE GÊNERO E O CUIDADO COMO ATRIBUIÇÃO FEMININA	39
2.1.1 OS PAPÉIS SEXUAIS E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO	41
2.2 ASSISTÊNCIA SOCIAL: CAMPO PROFISSIONAL PARA MULHERES?	44
3 A DISCUSSÃO DOS CUIDADORES SOCIAIS DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO DISTRITO FEDERAL EM UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	67
ANEXO I – ROTEIRO DE ENTREVISTA: INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE NATUREZA PÚBLICA	72
ANEXO II – ROTEIRO DE ENTREVISTA: INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES COMPOSTA APENAS POR CUIDADORAS SOCIAIS	74
ANEXO III – ROTEIRO DE ENTREVISTA: INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES COMPOSTA POR CUIDADORES SOCIAIS DO GÊNERO FEMININO E MASCULINO	76
ANEXO IV – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	78

INTRODUÇÃO

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 significou um avanço legal no reconhecimento da igualdade entre homens e mulheres, afirmando que todos são iguais perante a lei e iguais em direitos e obrigações (art. 5º, I). Ademais, proíbe diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil (art. 7º, XXX) e institui proteção do mercado de trabalho da mulher (art. 7º, XX).

Contudo, como aponta Piovesan (2008), embora tenham ocorrido avanços significativos na esfera jurídico legal do Brasil, em consonância com a esfera internacional, a cultura do país ainda é marcada por uma “ótica sexista e discriminatória com relação às mulheres, que as impedem de exercer, com plena autonomia e dignidade, seus direitos mais fundamentais” (PIOVESAN, 2008:19).

Segundo notícia divulgada no site da Empresa Brasil de Comunicação – EBC (2015), a Organização das Nações Unidas – ONU, através do relatório “Progresso das Mulheres no Mundo 2015-2016: Transformar as economias para realizar os direitos”, mostra que a desigualdade de gênero no mercado de trabalho persiste. Isto ocorre através de dois fatores: a separação de competências, atribuições e funções de acordo com os papéis atribuídos aos sujeitos com base no sexo biológico e a hierarquização no mercado de trabalho (KERGOAT, 2000; YANNOULAS, 2003).

O cuidado, seja no âmbito familiar ou no mercado de trabalho, é uma dessas atividades diretamente atribuída às mulheres. Esta questão é confirmada pela persistência das mulheres assumindo cargos no âmbito da Assistência Social no Brasil, seja em sua gênese com as primeiras-damas ou pós-Constituição de 1988 (DAROS, GUEDES, 2009; HIRATA E GUIMARÃES, 2012).

Nesse contexto, a pesquisa abrange a discussão de gênero no cuidado às crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional no Distrito Federal, um Serviço de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, haja vista que em tais unidades de acolhimento a presença de cuidadores sociais do gênero masculino fica subjugada a de cuidadoras sociais. No processo de acolhimento institucional, os cuidadores sociais são profissionais fundamentais para manter o cuidado e proteção das crianças e adolescentes acolhidos.

A proposta de estudo em questão surge da análise crítica da discente em relação ao Campo de Estágio Supervisionado¹. No processo de estágio foi observado que a equipe responsável pela contratação dos cuidadores sociais encontrava dificuldades referentes a esta atividade, especialmente pela alta rotatividade dos cuidadores sociais na instituição, o que exigia constante divulgação de vagas e processos seletivos para contratação dos mesmos. Entretanto, havia a contratação de cuidadoras sociais em detrimento de cuidadores sociais. As vagas para exercer a função, por exemplo, eram destinadas apenas às mulheres.

Muito embora as relações de gênero e seus desdobramentos seja um tema bastante abordado no meio acadêmico, com ênfase para a Sociologia, Pedagogia, Psicologia, Serviço Social e História, há uma incipiência bibliográfica relacionada aos motivos do cuidado no acolhimento ser relegado principalmente à figura das cuidadoras sociais, questionando os métodos e prioridades na contratação desses profissionais e, também, a relação com as formas institucionais atuais dos serviços de acolhimento. Ademais, os estudos priorizam as funções assumidas pelos cuidadores sociais, enfatizando muitas vezes a dimensão afetiva da função, e não problematizando a importância do profissional para a concretização dos objetivos dos serviços de acolhimento numa perspectiva interdisciplinar do serviço. Assim, a presente pesquisa se classifica como qualitativa e exploratória. As pesquisas exploratórias “são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, do tipo aproximativo, acerca de determinado fato (...), especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado (...)” (GIL, 2012:27).

Este trabalho tem como objetivo principal discutir as relações de gênero nos serviços de cuidado das instituições de acolhimento para crianças e adolescentes do Distrito Federal – DF, considerando as decisões administrativas, as formas institucionais e as relações trabalhistas das instituições pesquisadas, os limites entre o público e privado no âmbito dos serviços de acolhimento e a história das relações de trabalho no âmbito da Assistência Social no Brasil.

A partir do questionamento “Por que ocorre a contratação de cuidadoras sociais em detrimento de cuidadores sociais nas instituições de acolhimento para crianças e adolescentes do DF?”, espera-se confirmar a hipótese que a atribuição de papéis

¹ O estágio da discente foi realizado em uma Unidade de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes do Distrito Federal no período de março/2014 a dezembro/2014.

baseada na distinção do sexo biológico norteia as decisões administrativas de tais instituições.

Foram escolhidos procedimentos e recursos metodológicos que possibilitem extrair as múltiplas determinações do objeto de pesquisa proposto. Em outras palavras, serão consideradas nesse estudo as diversas dimensões que influenciam a formatação das relações de trabalho dos cuidadores sociais nos espaços institucionais de acolhimento para crianças e adolescentes do DF. Pressupõe-se que cada uma dessas dimensões são partes de um todo e que resultaram na conformação atual do perfil de cuidadores sociais nessas diversas instituições. Com a finalidade de atingir o objetivo deste estudo e ultrapassar a aparência do fenômeno, foi utilizada como metodologia a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a realização de entrevistas semiestruturadas.

A pesquisa bibliográfica diz respeito, grosso modo, à investigação de bibliografia relacionada ao objeto de pesquisa. A pesquisa documental, referente a materiais sem tratamento analítico ou que podem ser redefinidos conforme o objeto de pesquisa (GIL, 1991), envolveu a análise de leis e regulamentações vinculadas aos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes e cuidadores sociais. Ademais, foi analisado edital para provimento de vagas em cargos públicos do Distrito Federal na carreira de cuidador social, tendo em vista que este é um instrumento privilegiado para apreender diferenças entre as instituições de acolhimento para crianças e adolescentes públicas e privadas do DF no que se refere às relações trabalhistas dos cuidadores sociais.

O segundo instrumento de coleta de dados escolhido foi a entrevista semiestruturada, realizada a partir de um roteiro de entrevista. Para a coleta de material, foi gravado o áudio da entrevista com o consentimento do entrevistado. A entrevista pode ser definida “como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam á investigação (...), é uma forma de interação social” (GIL, 2012:117). Foi escolhida a entrevista semiestruturada, pois esta possibilita uma melhor compreensão sobre a opinião dos entrevistados, visto que o roteiro prévio e a própria dinâmica da entrevista possibilitam retomar falas do entrevistado (COMBESSIE, 2004). A gravação foi escolhida para que não se perca informações importantes da fala do sujeito. Foram entregues aos entrevistados o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

(anexo IV), que garante a autonomia e anonimato/privacidade dos participantes na análise, interpretação e divulgação dos dados. Além disso, houve a preocupação em respeitar a opinião e exposição pessoal do entrevistado com fins de não conduzi-lo a uma resposta e também respeitar as suas preferências quanto ao local e horário para realização da entrevista.

A seleção dos participantes da pesquisa foi intencional, com o objetivo de encontrar participantes que melhor ajudariam a entender o problema de pesquisa (CRESWELL, 2010). Para fins de análise, as instituições de acolhimento para crianças e adolescentes do DF foram subdivididas em três categorias: a instituição de natureza pública, as instituições onde estão presentes cuidadores sociais dos gêneros feminino e masculino e, por último, as instituições onde há apenas cuidadores sociais do gênero feminino. Foi construído um roteiro de entrevista para cada conformação institucional (anexos I, II e III), considerando suas diferenças e os objetivos a serem atingidos.

Pretendia-se abarcar no mínimo 50% das entidades socioassistenciais que prestam o serviço de acolhimento para crianças e adolescentes no DF, acrescido da instituição pública-estatal prestadora desse mesmo serviço. Todavia, devido as dificuldades encontradas para acessar as instituições, só foi possível abordar 31% das instituições públicas não-estatais, além da instituição pública estatal.

Tabela 1 – Natureza e Modalidade das Instituições Pesquisadas

	Natureza	Modalidade do Serviço²
Instituição 1	Pública não-estatal	Abrigo Institucional ³ /Casa-lar ⁴

² Modalidade autodeclarada pelo entrevistado.

³ Os abrigos institucionais são serviços que devem ter aspecto semelhante ao de uma residência, inseridas na comunidade (em áreas residenciais) e não devem possuir características arquitetônicas ou placas indicativas que torne possível diferencia-las das demais residências da comunidade na qual se localiza. Segundo as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, também devem ser evitadas as nomenclaturas que remetam à aspectos negativos e que estigmatizem os usuários. As instituições devem estar o mais próximo possível, do ponto de vista geográfico e socioeconômico, da realidade dos acolhidos. O número máximo de usuários por equipamento é de 20 crianças e adolescentes. A equipe profissional mínima deve ser composta por: coordenador, equipe técnica (assistentes social e psicólogo), educador/cuidador e auxiliar de educador/cuidador.

⁴ As casas-lares são serviços oferecidos em unidades residenciais privadas, nas quais pelo menos uma pessoa ou casal trabalha como educador/cuidador residente responsável pelos cuidados dos acolhidos e organização da rotina da casa. Portanto, deverá haver espaços que deverão funcionar fora da casa-lar, em área específica para atividades técnico-administrativas, como por exemplo, a sala para a equipe técnica realizar suas funções. A localização e fachada devem seguir as mesmas concepções dos abrigos institucionais. As duas principais diferenças entre este serviço e o abrigo institucional são o menor número de crianças e adolescentes atendidos por instituição e a presença do educador/cuidador residente. “Esse tipo de serviço visa estimular o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar,

Instituição 2	Pública não-estatal	Casa-lar
Instituição 3	Pública não-estatal	Casa-lar
Instituição 4	Pública não-estatal	Casa-lar ⁵
Instituição 5	Pública não-estatal	Abrigo Institucional
Instituição 6	Pública-estatal	Casa-lar ⁶

Fonte: Elaboração própria.

As entrevistas, no caso das entidades, ocorreram com profissionais envolvidos no processo de contratação dos cuidadores sociais. Já na instituição de natureza pública-estatal, como o regime de trabalho é estatutário, foi entrevistado um profissional envolvido diretamente na orientação prestada aos cuidadores sociais, com fins de compreender mais precisamente as relações de trabalho ali desenvolvidas.

Tabela 2 – Perfil dos Entrevistados

	Data da Entrevista	Profissional entrevistado	Escolaridade do entrevistado
Instituição 1	03/09/2015	Coordenadora do Departamento Psicossocial	Psicóloga
Instituição 2	11/09/2015	Coordenadora da casa-lar	Letras (Inglês)
Instituição 3	17/09/2015	Gestora da Instituição	Psicóloga
Instituição 4	25/09/2015	Coordenadora da casa-lar	Assistente Social
Instituição 5	25/09/2015	Presidente	Ensino Médio
Instituição 6	14/10/2015	Assistente Social	Assistente Social

Fonte: Elaboração própria.

Depois de realizada a coleta de dados, os dados foram organizados, o que envolveu a transcrição das entrevistas. Após esse primeiro passo, foi realizada uma leitura geral dos dados obtidos a fim de obter uma percepção geral das informações. Feito isso, iniciou-se uma análise mais detalhada dos dados, por meio da codificação, que consiste na “organização do material em blocos ou segmentos de texto antes de

promover hábitos e atitudes de autonomia e de interação social com as pessoas da comunidade” (BRASIL, 2008: 69).

⁵ A instituição possui duas modalidades de serviço: abrigo institucional e casa-lar. Para a presente pesquisa, considera-se apenas a casa-lar.

⁶ A instituição possui três casas-lares. Para a presente pesquisa, considera-se apenas uma das casas-lares.

atribuir significado às informações” (CRESWELL, 2010: 219) ou, em outras palavras, na identificação e no registro de “uma ou mais passagens de texto ou outros itens dos dados, como partes do quadro geral que, em algum sentido, exemplificam a mesma ideia teórica e descritiva” (GIBBS, 2008:60). Após a realização dessas tarefas, emergiu uma apresentação detalhada dos pontos relevantes para a pesquisa, tornando possível a análise dos dados e, por conseguinte, a interpretação dos seus significados.

O presente trabalho encontra-se dividido em três partes. No primeiro capítulo há uma reflexão histórica sobre a prática de institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil com o intuito de traçar os velhos paradigmas que persistem nos serviços de acolhimento atuais. O segundo capítulo propõe o debate da Assistência Social como um campo privilegiado para atuação profissional de mulheres tendo como base a discussão das relações de gênero presentes na sociedade. O terceiro e último capítulo, aborda a questão dos cuidadores sociais a partir da discussão do cuidado como atribuição feminina e do modo como se configuram os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes na atualidade.

Por fim, com base na análise dos dados obtidos são propostas algumas reflexões acerca do cuidado prestado pelas instituições de acolhimento pesquisadas.

1 AS INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, representou um rompimento com as práticas autoritárias da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985). O amplo arranjo de direitos humanos e sociais garantidos pela nova Constituição, calcados no Direito Internacional, indicavam o amadurecimento e fortalecimento da Democracia no país. Nesse contexto, a proteção das crianças e adolescentes também adquiriu um novo *status*.

Historicamente, o atendimento às crianças e adolescentes no Brasil se caracterizou como um modelo assistencial-repressor. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/1990) – ECA, resultado de uma forte articulação e mobilização social, consolida os direitos inscritos no art. 227 da Constituição Federal de 1988 e marca a construção, ao menos no âmbito legal, de um novo sistema protetivo que difere substancialmente do modelo anterior. Porém, diversos desafios permanecem para garantir a efetividade do ECA, como por exemplo, a capacitação dos profissionais que prestam serviços a esse público (CFESS, 2010).

No presente capítulo serão abordadas questões referentes ao acolhimento institucional, medida protetiva inscrita na Constituição e prevista no ECA, considerando os desafios atuais desse serviço.

1.1 INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO

Segundo Irene Rizzini e Irma Rizzini (2004), o percurso histórico da prática de institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil possui relação direta com as características, e também dificuldades, encontradas atualmente nos serviços de acolhimento.

De forma sucinta, a política de institucionalização passou por mudanças significativas: começou como uma iniciativa da Igreja, tornou-se alvo de entidades filantrópicas e, posteriormente, avançou para se tornar responsabilidade do Estado.

Nesse trajeto assumiu facetas hegemonicamente caritativas e repressivas, avançando, nos dias atuais, para uma perspectiva mais protetiva. Entretanto, é importante ponderar que as raízes da institucionalização são profundas e a tensão por mudanças é permeada pela permanência de velhas práticas que colocam em xeque os

direitos previstos no ECA. Ou seja: percebe-se que uma instituição de responsabilidade estatal não inibe a existência de ações da Igreja, bem como a conformação de uma política que visa proteger integralmente crianças e adolescentes não coíbe práticas repressivas.

Portanto, sintetizar a história da institucionalização de crianças e adolescentes é uma tarefa complexa. Para o presente trabalho não interessa desvelar todos os aspectos dessa prática, mas sinalizar os marcos e características principais desta história que incidem, na atualidade, sobre as decisões administrativas, as formas institucionais e as relações trabalhistas das instituições de acolhimento para crianças e adolescentes.

Com base na revisão de literatura (GULASSA, 2010; RIZZINI e RIZZINI, 2004; SANTOS, 2013; VIEGAS, 2007), dividimos, para fins de análise, o fenômeno de institucionalização de crianças e adolescentes em quatro fases: a fase caritativa, a fase filantrópica⁷, os primeiros passos do Estado para construir um sistema de atendimento às crianças e adolescentes e, por último, a fase da democratização e mudanças na política de atendimento a crianças e a adolescentes.

1.1.1 FASE CARITATIVA

A fase caritativa da assistência à infância foi hegemônica até meados do século XIX (período colonial), sob forte influência de aspirações e sentimentos religiosos. Segundo Viegas (2007), a “marca principal do assistencialismo desse período é o sentimento da fraternidade humana, sem pretensão de mudanças sociais, (...) procura-se manter a situação e preservar a ordem, propagando-se comportamentos conformistas” (VIEGAS, 2007:41-42).

Nesse período destaca-se a Roda⁸ e Casa dos Expostos⁹, ação realizada pelas Santas Casas de Misericórdia, que foi a mais duradoura forma de institucionalização de

⁷ Caridade e filantropia muitas vezes são utilizados como sinônimos, porém existem diferenças importantes entre ambos os conceitos. “A filantropia pode ser entendida, grosso modo, como a laicização da caridade cristã, ocorrida a partir do século XVIII, e que teve nos filósofos das luzes seus maiores propagandistas. O “fazer o bem”, o socorro aos necessitados, deixa de ser uma virtude cristã para ser uma virtude social. (...) Contudo, tanto a caridade quanto a filantropia destinam suas obras aos necessitados (...). Talvez a maior diferença entre ambos os conceitos esteja não na ação propriamente dita, mas nos meios de realizá-la, pois a caridade, por ser obra piedosa, pressupõe a abdicação de toda vaidade de seu autor, propugnando o anonimato como valor máximo, enquanto que a filantropia, por ser um gesto de utilidade, tem na publicidade sua arma: visto que a publicidade provoca a visibilidade da obra e acirra a rivalidade entre os benfeitores” (SANGLARD, 2003).

⁸ Segundo Viegas (2007), a maioria dos bebês deixados na Roda era recém-nascidos.

crianças no período colonial brasileiro, extinta apenas na República¹⁰. Basicamente, a Roda dos Expostos era um sistema que recebia e encaminhava bebês que foram abandonados. O termo “roda” deve-se a existência de uma espécie de porta giratória localizada nas Santas Casas que permitia que a pessoa preservasse sua identidade ao colocar o bebê ali.

(...) no sistema de recebimento e encaminhamento da roda dos expostos, os bebês institucionalizados eram cuidados pelas amas-de-leite externas. Posteriormente, aos setes anos essas crianças retornavam para a Casa dos Expostos, que procuravam caminhos para colocá-las em casa de famílias ou outras formas para serem criadas. (SANTOS, 2013:03)

De forma sucinta, Gulassa (2010), aponta algumas características dessa primeira forma institucional no Brasil de acolher crianças: 1) a taxa de mortalidade infantil, bastante alta, indicava a precariedade dos cuidados prestados; 2) como foi um sistema criado para cuidar dos “rejeitados”, o serviço era oferecido mantendo a posição de inferioridade social das crianças, excluindo e estigmatizando; 3) grande parte das instituições, de orientação religiosa, não recebiam subsídios da Coroa portuguesa, realizando um atendimento caritativo, massificado, afastado da comunidade, sem objetivos educacionais ou profissionalizantes; e 4) as instituições serviam como depósito de crianças e adolescentes para que estas não incomodassem a sociedade e somente pudesse servi-la.

Outra forma de institucionalização, tão antiga quanto a Casa de Expostos, era o Recolhimento Feminino, impulsionado também por sentimentos religiosos de benevolência, voltado para as meninas órfãs, pobres e expostas. Nesse sistema ficava evidente a hierarquia social e racial da época: havia as órfãs legítimas (basicamente, as mulheres brancas, mesmo que sua origem fosse pobre) e as indigentes. Às primeiras a educação era caracterizada por formar “boas mulheres, dignas de um bom casamento”.

O asilo substitui a tutela do pai, oferecendo os meios necessários para as futuras mães de família reproduzirem o seu

⁹ Segundo definição do Código de Menores de 1927, são considerados expostos os infantes até sete anos de idade, encontrados em estado de abandono, onde quer que seja (art. 14). *Exposto*: “Pessoa que foi abandonada em criança. Enjeitado.” (Carvalho. Dicionário...:1945).

¹⁰ “Essa metodologia só foi extinta definitivamente em 1950. Durante mais de um século, a roda dos expostos foi praticamente a única instituição de assistência à criança abandonada em todo o Brasil” (SANTOS, 2013:03).

lugar na sociedade, tais como, a educação para o lar, o enxoval de casamento e o dote. O moço interessado em casar-se podia escolher a órfã e devia ser aceito pela direção da instituição ou pelo presidente da província quando o dote era pago pelo governo. (RIZZINI e RIZZINI, 2004:25-26)

Já para as “meninas indigentes”, a preocupação era em formar “boas empregadas domésticas”.

Apesar das distinções, as instituições de recolhimento feminino eram marcadas por um regime conventual, no qual o contato das “internas” com o mundo exterior era mínimo.

A terceira, e última, forma de institucionalização de crianças e adolescentes, considerada um sistema informal, são os chamados filhos de criação. Era comum recém-nascidos serem abandonados nas portas das casas e Igrejas. Por diversos motivos, algumas famílias decidiam criar os bebês desamparados. É interessante apontar que, conforme discute Viegas (2007), as condições de sobrevivência eram maiores para os expostos criados em casas de família. Isto não indica que a criança tenha recebido cuidados melhores, considerando, especialmente, o regime escravocrata da época, porém é uma reflexão a ser realizada.

Convém ressaltar que apesar da Roda dos Expostos ser a forma institucional representativa do período colonial e imperial do Brasil, ela não pode ser considerada o mecanismo principal de assistência à infância deste período, visto que “apenas uma parcela ínfima das crianças abandonadas foi assistida por instituições especiais. A maioria foi acolhida em casa de família ou morreu ao desamparo” (VIEGAS, 2007:46).

1.1.2 A FASE FILANTRÓPICA

A fase filantrópica é marcada pela tentativa de esvaziar o caráter puramente caritativo da assistência às crianças e adolescentes.

(...) no início do século XX, as críticas mais frequentes à caridade diziam respeito à falta de organização, de método de trabalho, de ordem. A filantropia surgiu para dar continuidade à obra de caridade, mas sob uma nova concepção de assistência. Não mais a esmola que humilha, mas a reintegração social daqueles que seriam os eternos ‘clientes’ da caridade: os desajustados. (VIEGAS, 2007:48)

Nas décadas finais do século XIX até meados do século XX, observa-se diversas medidas que alteram o sistema da Roda de Expostos. Assim, esta forma de cuidado foi

extinta e os expostos que estavam fora das instituições foram colocados nos novos Asilos de Expostos. A outra mudança refere-se ao anonimato dos pais (ou pelo menos das mães): este já não seria permitido. Com essas mudanças, a Roda de Expostos perdeu suas características essenciais. Não apenas bebês eram abandonados, mas agora também crianças maiores.

É importante ressaltar que

Muitas Rodas de Expostos surgiram no Brasil, quando na Europa estavam sendo combatidas pelos higienistas e reformadores, pela alta mortalidade e pela suspeita de fomentar o abandono de crianças. Esta discussão não era desconhecida no Brasil, mas foi somente no século XX, com o processo de organização da assistência à infância no país e pela interferência da ação normativa do Estado, que o atendimento aos abandonados sofreria mudanças significativas. (RIZZINI e RIZZINI, 2004:24)

Diversas foram as mudanças ocorridas nesta época que incidiram sobre a institucionalização de crianças e adolescentes: a abolição da escravidão, laicização do Estado, proclamação da República (1889), avanço na legislação social, urbanização acelerada, aumento da população, aumento dos níveis de pobreza, dentre outros.

A conjuntura social, econômica e histórica, impactou sobre a própria maneira de perceber a infância: ela deveria ser controlada, para que não ocupasse desordenadamente as cidades, ao mesmo tempo que deveria ser “salva” (MOREIRA, 2011). Isto é: a assistência deveria ser ao mesmo tempo preventiva e repressiva. Como aponta Viegas (2007), o código penal de 1890 colocava a necessidade de se organizar grandes instituições preventivo-correcionais.

Diferencia-se, nesta fase, as crianças e os *menores* (VIEGAS, 2007). O primeiro termo foi empregado para as crianças de famílias tradicionais, consideradas moralmente “estruturadas”. O segundo termo, pejorativo, dizia respeito às crianças desfavorecidas financeiramente, “delinquentes”, carentes, abandonadas.

De forma sucinta, nessa fase começava-se a se estruturar no país grandes instituições de internação e de segregação da sociedade para crianças e adolescentes carentes e abandonadas¹¹. As intervenções ocorriam seguindo a lógica da educação para

¹¹ A categoria de menor abandonado é “definida tanto pela ausência dos pais quanto pela incapacidade da família de oferecer condições apropriadas de vida à sua prole” (RIZZINI e RIZZINI, 2004:29).

o trabalho. Segundo Viegas (2007), “a ideologia que fundamentou essas novas instituições incluía a instrução elementar, a formação cívica e a capacitação profissional de crianças em situação de abandono” (VIEGAS, 2007:48). O Estado começaria a reivindicar seu poder sobre as crianças pobres, o que incidirá sobre as primeiras medidas estatais voltadas para a assistência dos *menores*.

1.1.3 O ESTADO DÁ SEUS PRIMEIROS PASSOS

A partir de 1919, uma série de medidas estatais são tomadas tendo como fim a assistência à criança e adolescentes abandonados, tais como a criação do Departamento Nacional da Criança (1919) e o Serviço de Assistência e de Proteção à Infância (1921). Segundo Rizzini (2000), o período entre 1923 e 1927 é o mais fértil em termos de criação de leis que dizem respeito à organização da assistência e proteção aos *menores*.

Duas leis merecem destaque nesta discussão: o Código Brasileiro do Menor (o Código de Mello Matos, de 1927) e o Código de Menores (1979). Durante o século XX até a promulgação do ECA, estas leis regularizavam o atendimento em acolhimento institucional para crianças e adolescentes.

O Código de Mello Matos, Decreto 17.943-A de 12/10/1927, consolida as leis de assistência e proteção aos *menores*, ou seja, apenas àqueles que tiverem idade inferior a dezoito anos e for “abandonado ou delinquente”. Observa-se nos artigos do decreto a constante presença de medidas repressivas e policiaescas no que tange aos menores, e quando couber, também a sua família. Termos como “vigilância”, “inspeção” e “autoridade policial” exemplificam a coerção voltada para esses sujeitos. Aqui, permanece a diferenciação entre crianças e *menores*, explicadas no tópico anterior.

O Código de 1927 incorpora tanto a visão higienista de proteção do meio e do indivíduo, como a visão jurídica repressiva e moralista. Prevê a vigilância da saúde da criança, dos lactantes, das nutrizes, e estabelece a inspeção médica da higiene. No sentido de intervir no abandono físico e moral das crianças, o pátrio poder pode ser suspenso ou perdido por falta dos pais. Os abandonados têm a possibilidade (não o direito formal) de guarda, de serem entregues sob a forma de “soldada”, de vigilância e educação, determinadas por parte das autoridades, que valerão também por sua moral. O encaminhamento pode ser feito à família, a instituições públicas ou particulares que poderão receber a delegação do pátrio

poder. A família é, ainda que parcialmente, valorizada. (FALEIROS, 2011:47)

Segundo o Código do Menor de 1927, deveria haver um abrigo destinado a receber provisoriamente, até que tenham destino definitivo, os *menores* abandonados e delinquentes. No Código também está previsto a existência dos Institutos Disciplinares (as Escolas de Reforma). As escolas voltadas para as *menores* do sexo feminino eram destinadas a fornecer educação física, moral, profissional e literária. As *menores* seriam ensinadas a costurar, lavar roupas, tarefas de jardinagem, entre outros. Segundo o decreto, ainda, haveria uma escola de reforma destinada a receber, para regenerar pelo trabalho, educação e instrução, os *menores* do sexo masculino.

A institucionalização de crianças e adolescentes, então, adquiria um sentido de vigilância sobre uma infância considerada perigosa. A ideia era “recuperar” o chamado *menor* delinquente. Os pobres eram vistos como um mal social. Em poucas palavras, a institucionalização dos *menores* seria uma questão de segurança nacional.

Nesse período, a institucionalização dos menores popularizou-se entre as classes pobres da sociedade, “tornando-se uma alternativa de cuidados e educação para os pobres, particularmente para as famílias constituídas de mães e filhos” (RIZZINI e RIZZINI, 2004:30).

Devido as dificuldades enfrentadas para manter as instituições criadas com o Código de 1927, como falta de verbas e excesso de demanda, foi criado em 1941, durante o Governo Vargas, o Serviço de Assistência a Menores – SAM¹². Sua finalidade consistia em:

Art. 2º O SAM terá por fim:

- a) sistematizar e orientar os serviços de assistência a menores desvalidos e delinquentes, internados em estabelecimentos oficiais e particulares;
- b) proceder à investigação social e ao exame médico-psicopedagógico dos menores desvalidos e delinquentes;
- c) abrigar os menores, à disposição do Juízo de Menores do Distrito Federal;
- d) recolher os menores em estabelecimentos adequados, afim de ministrá-los educação, instrução e tratamento sômato-psíquico, até o seu desligamento;

¹² Criado pelo Decreto-Lei nº 3.799, de 5 de novembro de 1941.

- e) estudar as causas do abandono e da delinquência infantil para a orientação dos poderes públicos;
- f) promover a publicação periódica dos resultados de pesquisas, estudos e estatísticas. (Decreto-Lei nº 3.799/1941)

Observa-se que a ênfase era na internação dos *menores* e não no atendimento especial e integral das suas necessidades. Como aponta Rizzini e Rizzini (2004), o SAM herdou o modelo e estrutura já existentes, havendo poucas mudanças nos primeiros anos de sua implantação. Predominava, ainda, o sistema correccional-repressivo.

Interessante ressaltar que em 1959, paralelo ao que ocorria no Brasil, a ONU proclamou o primeiro documento legal, de âmbito internacional, no que tange à proteção da infância: a Declaração Universal dos Direitos da Criança.

Em 1964, no primeiro ano da Ditadura Militar brasileira (1964-1985), foi criada a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor – FUNABEM¹³, baseada na Política Nacional de Bem-Estar do menor – PNBEM, que tinha como papel inicial instituir um “Anti-SAM”. A ideia era criar um novo órgão nacional centrado na autonomia financeira e administrativa da instituição e na rejeição aos “depósitos de menores” (RIZZINI e RIZZINI, 2004). Objetivava-se, portanto, finalizar a tradição de internação com vistas a valorizar a família.

Entre os anos 1965 e 1990, a FUNABEM tentou reformar o modelo de atendimento em abrigos oferecendo parâmetros nacionais para as Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor – as FEBEMs. No entanto, as grandes instituições – tanto públicas como privadas – mantiveram as crianças e os adolescentes segregados socialmente, oferecendo um atendimento que repetia a cultura da violência, opressão, humilhação e exclusão social dos atendidos. (GULASSA, 2010:19)

Conforme Viegas (2007), mesmo com sua proposta “Anti-SAM”, a nova política de atendimento continuar a reproduzir um atendimento correccional-repressivo. Dentre outros motivos, isto se deve ao fato que a FUNABEM herdou toda a infraestrutura do antigo serviço e, principalmente, o quadro de funcionários.

Em 1979, o Código de Menores de 1927 é reformulado pela Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979. Todavia, mesmo revisada, esta lei manteve abordagens

¹³ Criada pela Lei nº 4.513, de 1º de dezembro de 1964.

moralizantes e excludentes, como o de estigmatizar a criança pobre. Segundo Viegas (2007), o Brasil adotou a posição de não incluir nos artigos do novo Código os princípios da Declaração dos Direitos da Criança de 1959¹⁴.

Vimos, então, que a história do acolhimento institucional no Brasil é marcada inicialmente pela relação de superioridade de alguns *versus* a inferioridade de outros. Como ressalta Gulassa (2010) e Rizzini e Rizzini (2004), instaurou-se no Brasil uma “cultura de institucionalização”, uma saída para as crianças nascidas no seio de famílias carentes. A família dos *menores* era culpabilizada pela situação, sendo responsabilizada moralmente e individualmente pelo “problema dos *menores*”.

A partir da década de 1980 a história da institucionalização de crianças e adolescentes começa a sofrer mudanças significativas. No período de redemocratização brasileira, começa-se a questionar o modelo essencialmente repressivo de assistência às crianças e adolescentes. Começaram a se buscar alternativas à internação, em que pese as primeiras inovações trazidas pelas organizações não-governamentais – ONGs, resultando na pressão pelo fechamento dos grandes internatos. Evidenciava-se, nesse período, os mitos que cercavam os *menores*.

O uso da terminologia “acolhimento” – instituída no ECA através da Lei nº 12.010 de 03 de agosto de 2009 em substituição ao termo “abrigo” – em contraposição ao uso de expressões como internatos, abrigos, reformatórios e orfanatos, que cultivavam a concepção de confinamento, demarca a diferença de modelos no que se refere a institucionalização de crianças e adolescentes.

1.2 A SITUAÇÃO DOS ACOLHIMENTOS INSTITUCIONAIS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES APÓS A PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

O artigo 227 da Constituição do Brasil de 1988 assevera que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência

¹⁴ Na Declaração Universal dos Direitos da Criança foram afirmados os direitos à igualdade, a um nome e nacionalidade, à alimentação, moradia e assistência médica adequadas para a criança e a mãe, ao amor e à compreensão por parte dos pais e da sociedade, à educação gratuita e ao lazer, a ser socorrido em primeiro lugar, a ser protegido contra o abandono e a exploração do trabalho e a crescer dentro de um espírito de solidariedade, compreensão, amizade e justiça entre os povos (UNICEF, 1959).

familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. É evidente que o Estado brasileiro introduziu, neste momento, os princípios da Declaração Universal dos Direitos das Crianças (1959) no ordenamento jurídico brasileiro.

Em 1990, o Brasil decretou o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA¹⁵ e ratificou a Convenção sobre os Direitos das Crianças¹⁶, um tratado internacional que tem por objetivo proteger as crianças e adolescentes de todos os países, aprovado na Resolução 44/25 da Assembleia Geral das Nações Unidas em 1989. O ECA coloca como centralidade a proteção integral das crianças e adolescentes¹⁷, entendendo que estes são sujeitos de direitos especiais em razão da sua condição de pessoas em desenvolvimento. O serviço de acolhimento institucional¹⁸ passa a ser compreendido como atendimento provisório e excepcional para ambos os sexos, sob medida de proteção, até que seja possível o retorno às famílias de origem ou a colocação em famílias substitutas¹⁹. A pobreza, motivo de institucionalização em décadas anteriores, por exemplo, deixa de ser motor para acolhimento de crianças e adolescentes.

Por conseguinte, a institucionalização não pode mais ocorrer de forma espontânea e nem ser considerada uma saída para as famílias de baixa renda, como ocorria em muitos casos (RIZZINI e RIZZINI, 2004). Atualmente, o afastamento de uma criança ou adolescente do convívio familiar é de competência exclusiva da autoridade judiciária e somente poderão ser encaminhados às instituições de acolhimento institucional por meio de uma Guia de Acolhimento, expedida pela autoridade judiciária. Assim, o Juiz da Infância e da Juventude é o único autorizado a decidir pela retirada de uma criança ou adolescente de um serviço de acolhimento.

¹⁵ Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990.

¹⁶ Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990.

¹⁷ Segundo o ECA, considera-se criança a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

¹⁸ É importante frisar que existem duas modalidades de acolhimento para crianças e adolescentes: o acolhimento familiar e o acolhimento institucional. Porém, este trabalho se detém apenas no segundo tipo de acolhimento.

¹⁹ Segundo o ECA, artigo 28, a colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos da lei. A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais. O deferimento da tutela pressupõe a prévia decretação da perda ou suspensão do poder familiar e implica necessariamente o dever de guarda. A adoção é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa, e atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais.

Segundo o artigo 136, parágrafo único, do ECA, se no exercício de suas atribuições o Conselho Tutelar julgar necessário o afastamento do convívio familiar, comunicará o fato ao Ministério Público imediatamente, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família. Em casos excepcionais e de emergência, as instituições de acolhimento poderão atender crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade judiciária, comunicando o fato, em até 24 horas, ao Juiz da Infância e da Juventude, sob pena de responsabilidade.

Em 2006 é aprovado o Plano Nacional de Proteção, Promoção e Defesa do Direito da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária, que

(...) vem fortalecer, detalhar e aprofundar os conceitos básicos definidos pelo ECA. Prioriza a família como locus de desenvolvimento e reafirma apoio e proteção para que ela possa cuidar de seus filhos e protegê-los. Lembra ainda que esta proteção dada às crianças e aos adolescentes não deve isolá-los ou segregá-los da comunidade. (GULASSA, 2010:20)

Em 2009, acompanhando as mudanças na sociedade, a Lei nº 12.010, de 03 de agosto de 2009, é aprovada. Intitulada Lei da Adoção, dispõe sobre o aperfeiçoamento da sistemática prevista para garantia do direito à convivência familiar a todas as crianças e adolescentes, na forma prevista pelo ECA. É fundamental destacar que, de acordo com esta lei, as crianças e adolescentes não devem permanecer mais de dois anos abrigadas, salvo por recomendação expressa da Justiça.

1.2.1 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E AS NOVAS CONFIGURAÇÕES DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes se inserem, na conjuntura atual, no âmbito da Política de Assistência Social²⁰. O artigo 203 da Constituição Federal de 1988 e o artigo 2º da Lei Orgânica da Assistência Social²¹ asseveram que a Política de Assistência Social tem como um dos objetivos a proteção da infância e adolescência, além do amparo às crianças e adolescentes carentes.

²⁰ Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (LOAS, 1993).

²¹ Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

A partir de 2004, observa-se avanços no que se refere à Política de Assistência Social, a saber:

- A aprovação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, em 2004, que tem por finalidade transformar em ações diretas os pressupostos da Constituição Federal de 1988 e da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, por meio de definições, de princípios e de diretrizes que nortearão sua implementação (BRASIL, 2004). Cria-se as bases para a implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
- Criação do SUAS com a aprovação da Lei nº 12.435/2011, que alterou dispositivos da LOAS.
- Aprovação da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS em 2005, por meio da Resolução CNAS nº 130, de 15 de julho de 2005, que consolida os fluxos de gestão do SUAS. Em 2012, aprovou-se uma NOB/SUAS atualizada, por meio da Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012.
- Aprovação da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB-RH/SUAS, pela Resolução CNAS nº 269 de 13 de dezembro de 2006, que trata dos princípios e diretrizes para a gestão do trabalho no âmbito do SUAS.
- Aprovação da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, por meio da Resolução CNAS nº 109 de 11 de novembro 2009, que estabelece tipologias que contribuem para ressignificar a oferta e a garantia do direito socioassistencial.

Esses avanços normativos incidem direta e positivamente na qualidade dos serviços prestados em instituições de acolhimento para crianças e adolescentes. Em 2009, foi elaborado as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, documento formulado conjuntamente pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA e Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, com a finalidade de subsidiar a regulamentação dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes.

Os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes integram os Serviços Proteção Social Especial de Alta Complexidade²² do SUAS. Segundo a PNAS (2004),

²² Segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, os serviços socioassistenciais são organizados por níveis de complexidade do SUAS: os Serviços de Proteção Social Básica (Serviço de

os serviços de proteção especial são aqueles destinados a famílias e indivíduos que estão em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. Está expresso na PNAS (2004) que a ênfase da proteção especial leva em consideração a necessidade de reestruturar os serviços de abrigo, com fins de superar as estruturas e modelos de atendimento coercitivos e assistencialistas. Dentro desta organização, os Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade são aqueles que garantem proteção integral para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário.

As crianças e adolescentes podem ser acolhidas juntamente com seus pais ou responsáveis. Porém, o que nos interessa aqui são os serviços de acolhimento onde apenas crianças e adolescentes são acolhidos. Existem duas modalidades de atendimento em acolhimento voltadas para esse público: o serviço de acolhimento institucional nas formas de abrigo institucional e casa-lar e o serviço de acolhimento em família acolhedora²³. O artigo 92 do ECA institui os princípios que devem reger todos os serviços de acolhimento.

Art. 92. As entidades que desenvolvam programas de acolhimento familiar ou institucional deverão adotar os seguintes princípios: (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009)

I - preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar; (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009)

Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas), os Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, Serviço Especializado em Abordagem Social, Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida – LA e de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC, Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua) e Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade (Serviço de Acolhimento Institucional, Serviço de Acolhimento em República, Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências).

²³ O serviço de acolhimento em família acolhedora, embora não seja o foco deste trabalho, vale ser explicitado aqui pela notoriedade que possui em outros países. É um serviço que organiza o acolhimento em residências de famílias acolhedoras cadastradas, possibilitando atendimento em ambiente familiar. Cada família acolhedora deverá acolher uma criança/adolescente por vez, exceto quando se tratar de grupo de irmãos, quando esse número poderá ser ampliado. As famílias acolhedoras são selecionadas, capacitadas e acompanhadas pela equipe técnica do Serviço de Acolhimento.

- II - integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa; (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009)
- III - atendimento personalizado e em pequenos grupos;
- IV - desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;
- V - não desmembramento de grupos de irmãos;
- VI - evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
- VII - participação na vida da comunidade local;
- VIII - preparação gradativa para o desligamento;
- IX - participação de pessoas da comunidade no processo educativo. (BRASIL, 1990)

Em suma, os acolhimentos institucionais para crianças e adolescentes, sejam eles de natureza público-estatal ou não-estatal, devem pautar-se nos pressupostos da Constituição Federal de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente e do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Além disso, devem ter como base todas as normativas e documentos que dizem respeito à Política de Assistência Social, bem como as Orientações Técnicas Para os Serviços de Acolhimento Para Crianças e Adolescentes.

Todas essas normativas e documentos apontam para a construção de uma nova perspectiva de acolhimento institucional para crianças e adolescentes. “As novas diretrizes trazem outro olhar mais amplo sobre crianças, adolescentes, sua família e a comunidade” (SANTOS, 2013:12). A culpabilização familiar, permanência durante longos períodos de tempo em instituições fechadas, atendimento coercitivo e prestação de serviços assistencialistas e atendimento com grandes grupos deixam de ser características, ao menos no plano normativo, dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. Os avanços nas instituições de acolhimento convivem com vestígios dos antigos problemas.

1.2.1 NOVOS PARADIGMAS VS. VELHOS PARADIGMAS: AS INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO NO DISTRITO FEDERAL

Os direitos das crianças e dos adolescentes foram uma conquista de diversas organizações que passaram a questionar a concepção do *menor* e o modelo de assistência repressivo voltado a esse público. A própria política de Assistência Social, como um todo, é uma conquista bastante recente. Como discutido por diversos autores (BOSCHETTI, 2003; SPOSATI, 2007), a gênese desta política social está diretamente

relacionada a concepção de ajuda, filantropia e clientelismo. Apenas após a Constituição Federal de 1988 que a Assistência Social adquire notoriedade como direito da população.

Infere-se, então, que a nova concepção que permeia os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes ainda está em processo de consolidação na sociedade brasileira, devido, especialmente, as recentes mudanças ocorridas no quadro normativo brasileiro. A lei por si só não garante, de uma hora para outra, que todos os velhos paradigmas sejam superados. Porém, é um passo importante para que isto ocorra, evidenciando, ao menos, a insatisfação de uma parcela da população com o sistema.

No Distrito Federal, existem, atualmente, dezesseis instituições de acolhimento para crianças e adolescentes²⁴. Destas, apenas uma é de natureza estatal e oito possuem convênios firmados com o Governo do Distrito Federal²⁵. A prestação do serviço de acolhimento, bem como de outros serviços do SUAS, pode ocorrer tanto por instituições públicas quanto privadas. Contudo, a normativa não deveria ser justificativa para desresponsabilizar o Estado da sua função de garantidor de direitos. Disto, decorrem diversos fatores.

As recorrentes reestruturações na unidade de acolhimento para crianças e adolescentes pública-estatal (Instituição 6) comprovam o sucateamento do serviço prestado pelo Estado. Fundada em 1971, a instituição passou por diversas mudanças, inclusive em sua nomenclatura, que indicam mudanças legais referentes à proteção à infância e à juventude²⁶. Em contrapartida, o serviço de acolhimento em questão diminuiu consideravelmente sua capacidade de atuação nos últimos anos. Em 2012, havia três casas-lares em funcionamento na unidade central (embora tenham sido projetadas seis casas-lares na sede do abrigo) e mais quatro casas-lares descentralizadas e espalhadas em regiões administrativas distintas (COSTA, 2012). Atualmente, mantém apenas três casas-lares, situadas no Guará, Recanto das Emas e Ceilândia.

Por outro lado, o Estado não assume a responsabilidade de financiar todas as instituições não-estatais que prestam os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, muito embora fiscalize o serviço prestado pelas mesmas por meio da Vara

²⁴ Disponível em: http://www.tjdft.jus.br/cidadaos/infancia-e-juventude/informacoes/instituicoes-de-acolhimento-1/instituicoes_acolhimento_df.pdf. Acesso em: 07 de outubro de 2015.

²⁵ Casa de Ismael – Lar da Criança, Lar de São José, Nosso Lar, Casa Transitória de Brasília, Casa do Caminho, Ampare, Lar da Criança Padre Cícero e Batuíra.

²⁶ Ver mais em Costa (2012) e Moreira (2011).

da Infância e da Juventude do Distrito Federal – VIJ/DF, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, o Conselho dos Direitos das Crianças e Adolescentes – CDCA/DF e a Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social – SEDHS²⁷.

A partir de 2012, devido à falta de financiamento público, porque é muito oneroso manter uma casa-lar na comunidade, o serviço da instituição retroagiu. E também o Brasil começou a se desenvolver economicamente, então as lideranças mundiais da instituição diminuíram o repasse de dinheiro para cá. E então saímos de oito casas para três. E aí as nossas casas que ficaram vazias nós começamos a ceder, de forma onerosa, para outras instituições que prestam serviços de direitos humanos. E esse recurso a gente capta para nosso funcionamento. Mas a nossa maior renda ainda advém da organização internacional. A instituição tem vários parceiros, recebe muitas doações. Mas a gente tenta o convênio desde 2010. A nossa perspectiva é adquirir o convênio público, porque nós prestamos um serviço público. (Gestora da Instituição de Acolhimento – Instituição 3)

Porém, segundo relatos dos entrevistados, as fiscalizações não ocorrem da mesma forma em todas as instituições. A presença da SEDHS é mais constante nas instituições conveniadas ao Estado.

De forma sucinta, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano e Social do Distrito Federal é um órgão estratégico da administração direta do Governo do Distrito Federal – GDF, responsável pela execução das políticas de Assistência Social, Transferência de Renda e de Segurança Alimentar e Nutricional, da gestão do Sistema Único de Assistência Social, do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito do DF e também programas e projetos de inclusão social e produtiva que integram o campo de ação das políticas sob sua gestão.

Sendo assim, observar o cumprimento das leis que garantem a proteção de crianças e adolescentes em instituições de acolhimento deveria ser uma das funções da SEDHS. Contudo, o parâmetro da fiscalização, atualmente, tem sido a utilização do recurso financeiro e não o bem-estar dos usuários. Os entrevistados pertencentes ao quadro de funcionários dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes que

²⁷ Segundo o ECA, artigo 95, as entidades governamentais e não-governamentais referidas no artigo 90 (dentre elas os serviços de acolhimento) serão fiscalizadas pelo Judiciário, pelo Ministério Público e pelos Conselhos Tutelares.

recebem subsídios estatais evidenciaram que o objetivo da SEDHS é verificar se os recursos financeiros estão sendo utilizados eficientemente. E, por isso, a fragilidade das fiscalizações realizadas pela secretaria em instituições não conveniadas.

Outro ponto importante, é que o CDCA/DF e o Conselho Tutelar foram mencionados, como órgãos fiscalizadores, apenas em uma das entrevistas.

A instituição passa por três fiscalizações. A gente tem a fiscalização do Ministério Público. A da VIJ. E a da SEDHS, antiga SEDEST. Diretamente, quem mais fiscaliza, vem, visita, visita mensalmente, é a SEDHS. (Coordenadora do Departamento Psicossocial – Instituição 1)

Temos órgãos que vem para fiscalizar, como a SEDHS, que na verdade é quem contrata o pessoal, pois é esse órgão que paga o salário, pela instituição ser conveniada. Eles estão sempre aqui, observando. E fora o Ministério Público, a VIJ. (Coordenadora da casa-lar – Instituição 2)

A SEDHS nunca fez fiscalização. Mesmo sendo o órgão responsável pela Assistência Social no Distrito Federal, tendo uma equipe para isso, a gente só teve a fiscalização quando teve o convênio emergencial para ver se o recurso estava sendo utilizado. A VIJ sempre fiscaliza a instituição. Tem a SEFAE, que é o setor de fiscalização, que sempre vem, conversa com os meninos, visita as casas, faz estudos de caso, conversa com a equipe técnica, na mesma perspectiva da Promotoria. O Conselho Tutelar, no tempo que eu estou aqui, seis anos, nunca veio fiscalizar. O Conselho de Direitos, que também tem esse papel, nos últimos seis anos, eu nunca recebi a fiscalização. (Gestora da Instituição de Acolhimento – Instituição 3)

O MP, a VIJ sempre fiscaliza. E o pessoal da SEDHS. A SEDHS sempre vem, até pela questão do convênio. (Coordenadora da casa-lar – Instituição 4)

Importante frisar que as instituições não-estatais que prestam serviço de acolhimento para crianças e adolescentes não são apenas fiscalizadas, mas são também utilizadas pela rede pública-estatal responsável pelo encaminhamento para tais serviços. São, assim, essenciais para a manutenção do serviço de acolhimento para crianças e adolescentes no Distrito Federal.

Permanece, portanto, o questionamento entre o público e o privado que sempre perpassou a institucionalização das crianças e adolescentes no Brasil: de quem é a responsabilidade pela organização, prestação, financiamento e fiscalização dos serviços

de acolhimento? O Estado, as instituições privadas (seja elas religiosas ou não), os sujeitos “generosos”?

Outro fato observado é que das dezesseis instituições localizadas no DF, onze possuem referências diretas à alguma religião na nomenclatura que assumem. A concepção da “ajuda” e “salvação” pode, devido ao caráter religioso, se sobressair à concepção do direito.

Segundo o Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviço de Acolhimento (2013), em relação à natureza institucional dos serviços, verifica-se que 41,9% dos serviços de acolhimentos institucionais são de natureza pública e 58,1% são de natureza privada. A presença de orientação religiosa nas instituições de acolhimento para crianças e adolescentes foi observada em 51,2% dos serviços. Conforme o levantamento em questão,

O elevado número de entidades não governamentais (...) é reflexo do histórico brasileiro de institucionalização da infância, em que o acolhimento de crianças e adolescentes era feito por entidades filantrópicas e religiosas, mantendo-se ainda hoje o ideário caritativo e assistencialista (ASSIS; FARIAS, 2013:91).

Desta forma, a realidade do Distrito Federal se estende também para outras regiões do país.

O caráter religioso de algumas instituições pode cercear o direito das crianças e adolescentes de não serem incentivadas ou persuadidas a mudar sua orientação religiosa enquanto estiver sob cuidados em serviço de acolhimento, bem como o direito de não participar de atos religiosos e recusar instrução ou orientação religiosa que não lhes sejam significativas.

O velho paradigma da benemerência nos serviços de acolhimento, por trás da ideia de que para os mais “necessitados” dá-se benefícios e caridade e não direito e políticas públicas, deve ser superado. Deve-se reconhecer que todos os indivíduos possuem direito a vida digna e que às famílias devem ser dadas as condições para cuidar e proteger as crianças e adolescentes.

Por outro lado, a invisibilidade social das crianças e adolescentes acolhidos também apareceu durante a realização das entrevistas. Para a entrevistada da Instituição 3, as instituições de acolhimento muitas vezes são utilizadas para que a sociedade mantenha sua aparência de normalidade.

Em 2014 fizemos um convênio emergencial por conta do fenômeno Copa, pois tínhamos espaço e tal. Queriam ampliar o serviço para acolher mais crianças e adolescentes, especialmente aquelas que migrassem para cá nessa época. Fizemos um convênio de seis meses. Mas o convênio não foi renovado. (Gestora da Instituição de Acolhimento – Instituição 3)

Coloca-se, assim, os sujeitos em situação de vulnerabilidade em uma posição de subalternidade, propagando a noção de *menoridade* que associa a criança e o adolescente à pobreza e à desvalorização social.

Conforme a legislação que trata dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, a organização de tais serviços deverá garantir proteção e defesa a toda a criança e adolescente que precise de acolhimento, devendo ser combatidas quaisquer formas de discriminação às crianças e aos adolescentes atendidos em serviços de acolhimento e às famílias de origem. Segundo a entrevistada da Instituição 6, as instituições não-estatais se recusam a receber adolescentes que respondem ou já responderam por algum ato infracional. Ao realizar a triagem das crianças e adolescentes que deverão ou poderão ser atendidos pelo serviço de acolhimento, ratificando a divisão entre os merecedores e não-merecedores do serviço, essas instituições perdem o seu papel de local de acolhida e proteção. Vale frisar que o serviço de acolhimento é público mesmo quando não é prestado em instituições estatais.

Existem casos, ainda, que a instituição justifica a triagem com base em sua localização. No caso da Instituição 5, o entrevistado afirma que recebem apenas crianças pelo fato da instituição se localizar em uma zona rural. A escola mais próxima, por exemplo, atende apenas até o 6º ano. E demais serviços públicos fundamentais para garantir a convivência familiar e comunitária, como instituições que oferecem lazer, estão distantes da instituição. Todavia, sabe-se que tanto abrigos institucionais quanto casas-lares devem se localizar em áreas residenciais próximas a equipamento públicos.

Assim, para além da natureza das instituições, vimos que os serviços não seguem padrões rígidos de organização, muito embora as normativas que dizem respeito as instituições de acolhimento para crianças e adolescentes criem parâmetros de funcionamento. Segundo as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e adolescentes, os parâmetros não deverão representar perda da qualidade dos serviços de acolhimento, permitindo-se arranjos distintos quando estes indicarem maior

qualidade no atendimento ofertado e desde que os princípios de atendimento colocados no ECA sejam respeitados.

A Vara da Infância nos entende como abrigo institucional. Eu entendo que aqui funciona o sistema de casa-lar. E aí é uma briga, né? Porque eu entendo que se a gente começar a seguir os parâmetros de abrigo institucional, nós vamos perder qualidade no serviço. (Gestora da Instituição de Acolhimento – Instituição 3)

Aqui tem esse prédio grande onde fica as crianças mais velhas. E lá embaixo tem uma casa de dois quartos. A pretensão é construir mais três casas. Mas não casa-lar no jeito que está nas Orientações. Mas aí também não é abrigo institucional, porque abrigo institucional seria 20 crianças. É uma confusão entre casa-lar e abrigo institucional. Acabou se criando um modelo híbrido. Então, isso me diz que a legislação está equivocada em algum sentido porque não conseguiu interpretar a realidade. Se eu digo que isso é casa-lar e aquilo é abrigo institucional, o que está no meio é o que? E isso não quer dizer que não é bom, que não funciona. Não significa que não possui um serviço de qualidade. (Presidente da instituição – Instituição 5)

Isso gera, então, diversas particularidades no seio do serviço de acolhimento institucional. No entanto, se a fiscalização é falha, os arranjos distintos podem atingir negativamente a garantia do direito.

O velho paradigma da ruptura família-criança-comunidade²⁸ deve ceder lugar a conexão família-comunidade-criança. Como afirma Gulassa (2010), o acolhimento institucional para crianças e adolescentes “tem como função primordial pesquisar todos os motivos que levaram a criança e o adolescente a estar nesta situação, para que possa reconstituir sua rede vincular e de proteção ou constituir uma nova rede” (GULASSA, 2010:23). Contudo, segundo relatos da entrevistada da Instituição 6, isto não ocorria de forma eficaz na instituição. Ela afirma que quando começou a compor o quadro de funcionários do serviço, poucas eram as informações da origem e atual situação da família dos acolhidos. Sendo assim, o acolhimento perdia a característica de provisoriedade e excepcionalidade, haja vista que a reinserção familiar (seja em família

²⁸ Essa ruptura, segundo Gulassa (2010), expressa-se de dois modos: ora pretende-se proteger a família da criança indesejada, ora pretende-se proteger a criança da família indesejada, considerando-a incompetente.

biológica ou substituta) não era o alvo principal do atendimento prestado. A instituição servia, então, apenas como um asilo, uma espécie de “depósito de *menores*”.

Essa questão interfere, inclusive, no tempo de acolhimento. Como já exposto anteriormente, as crianças e adolescentes não devem permanecer mais de dois anos acolhidas, salvo por recomendação expressa da Justiça. Se o trabalho não objetiva de forma absoluta a reintegração familiar ou colocação em família substituta, então dificilmente a criança e/ou adolescente sairá da instituição.

Podemos concluir que o processo de reintegração não é um processo mecânico, o que demonstra a complexidade da vida social. Por exemplo, a maioria dos infantes que são encaminhados para a adoção²⁹ – uma das formas de colocação em família substituta, como já evidenciado anteriormente – não são adotados, uma vez que o perfil procurado pelos sujeitos que manifestam interesse em adotar (bebê ou criança pequena, branco, boas condições de saúde) destoa criticamente do perfil da maioria das crianças que estão na fila da adoção (adolescentes, negros, deficientes). Mais uma vez, denota-se aqui a inferiorização de uns em relação a outros. Ou seja: não é por acaso que os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes integram os Serviços de Alta Complexidade do SUAS.

Além das características de organização, funcionamento e fiscalização das instituições de acolhimento, a seleção dos recursos humanos é mais um fator que interfere na qualidade do serviço prestado por tais instituições, constituindo o foco de análise do trabalho. Todos os aspectos supracitados interferem diretamente nos tipos profissionais contratados para realizar o atendimento nos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. As funções, o regime de contratação, os salários, o perfil profissional e até mesmo as etapas da contratação, expressam as características das instituições de acolhimento.

Por fim,

Em relação aos paradigmas, se não identificarmos quais aqueles que estão presentes na realidade cotidiana, que reproduzem o passado e que devem ser transformados, podemos achar que estamos fazendo mudanças, mas na realidade a mudança é só aparente e tudo continua como está. (GULASSA, 2010:22)

²⁹ É importante frisar que nem todas as crianças e adolescentes acolhidos estão para adoção. Ademais, a medida de acolhimento, por si só, não suspende o poder familiar. A perda e a suspensão do poder familiar serão decretadas judicialmente.

2 A MARCA FEMININA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.1 AS RELAÇÕES DE GÊNERO E O CUIDADO COMO ATRIBUIÇÃO FEMININA

Depois de caracterizadas as instituições de acolhimento institucional no DF, cabe observar um fator ainda mais relevante no seu funcionamento: os recursos humanos que operacionalizam os serviços.

Ao considerar que os cuidadores sociais, no que tange aos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, são responsáveis pelo cuidado dos acolhidos, e que este cuidado tem sido historicamente relegado às mulheres, é imprescindível discutir as relações de gênero presentes nesta sociedade.

O termo gênero possui diversas classificações e, por conseguinte, é entendido sob diversos enfoques³⁰ (SCOTT, 1995). No seio do movimento feminista, de forma genérica, o termo “gênero” é utilizado para ultrapassar a compreensão de que as diferenças entre homens e mulheres e as relações entre ambos são consequências do aspecto biológico, insistindo no caráter social das mesmas (PISCITELLI, 1997; SCOTT, 1995; SOIHET, 1997). Assim, o uso de tal categoria se impôs negando o uso de termos como “sexo” e “diferença sexual”, nos quais estariam implícitos o determinismo biológico. Segundo Soihet (1997), desde meados da década de 70, gênero é utilizado para compreender e teorizar sobre comportamentos sociais ligados às diferenças entre homens e mulheres.

É importante ressaltar que a categoria em questão foi proposta por historiadoras que acreditavam que a pesquisa sobre mulheres iria alterar profundamente os paradigmas das ciências. De tal modo, não questionaria apenas posições teóricas no seio da História, como também de outras disciplinas.

Sendo assim, a categoria gênero é um avanço teórico importante no que se refere aos estudos das, e sobre as, mulheres, pois é um desnaturalizador das relações entre homens e mulheres e permite o questionamento de posições teóricas tradicionais, interrogando a universalidade conferida aos homens. De forma sucinta, “o descrédito

³⁰ *Gênero* s.m. Grupo da classificação dos seres vivos que reúne espécies vizinhas, aparentadas, afins, por apresentarem entre si semelhanças constantes: o lobo é uma espécie do gênero "canis"; todas as espécies de roseiras são agrupadas no gênero "rosa". / Maneira de ser ou de fazer: é esse o seu gênero de vestir-se. // Gênero literário, variedade da obra literária, segundo o assunto e a maneira de tratá-lo, o estilo, a estrutura e as características formais da composição: gênero lírico, gênero épico, gênero dramático. // Gênero humano, a espécie humana. // Gênero de vida, modo de viver, de proceder. (Dicionário Aurélio)

das correntes historiográficas polarizadas para um sujeito humano universal constitui-se num dos mais importantes ganhos na atuação das historiadoras feministas” (SOIHET,1997:95).

Apesar da sua importância, diversos autores (CONNEL, 1995; PISCITELLI, 1997; SCOTT, 1995; SOIHET, 1997) apontam que os estudos sobre as distinções baseadas no sexo ainda são permeados por uma visão dual: de um lado a natureza (sexo) e de outro o meio social (gênero).

O gênero é uma estrutura ampla e complexa que envolve aspectos socioculturais, políticos e econômicos. Portanto, a dicotomia sexo/gênero é insuficiente para esgotar o debate em torno das diferenças baseadas em sexo. Depreende-se então que tais diferenças não podem ser compreendidas sem considerar que as relações entre gêneros estão inseridas em uma totalidade social³¹. Ultrapassar a visão dicotômica que permeia diversos estudos sobre gênero é essencial para ultrapassar o plano superficial do fenômeno e atingi-lo em sua essência³².

Para a presente pesquisa, adota-se a definição de gênero proposta por Scott (1995), visto que tal autora avança na desconstrução da visão dicotômica entre sexo e gênero, embora mantenha a crítica ao determinismo biológico.

Gênero é “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e (...) uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1995:21). Essa conceituação destaca o aspecto relacional entre homens e mulheres, visão compartilhada por Soihet (1997). Em poucas palavras, isso significa que “nenhuma compreensão de qualquer um dos dois [homem e mulher] pode existir através de um estudo que os considere totalmente em separado” (SOIHET,1997: 101).

O entendimento das relações de gênero deve considerar o modo como tais relações são entendidas socialmente e historicamente. Dessa forma, é necessário que as interpretações e teorias sobre os comportamentos sociais dos sujeitos ultrapassem o caráter fixo e permanente da oposição masculino vs. feminino.

Em suma,

³¹ Segundo Lukács (1979), “a categoria de totalidade significa (...), de um lado, que a realidade objetiva é um todo coerente em que cada elemento está, de uma maneira ou de outra, em relação com cada elemento e, de outro lado, que essas relações formam, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades, ligados entre si de maneiras completamente diversas, mas sempre determinadas” (LUKÁCS, 1979:240).

³² Método de Marx. Ver mais em Netto (2011).

Como o gênero é relacional, quer enquanto categoria analítica, quer enquanto processo social, o conceito de relações de gênero deve ser capaz de captar a trama de relações sociais, bem como as transformações historicamente por ela sofridas através dos mais distintos processos sociais, trama esta na qual as relações de gênero têm lugar. As relações de gênero não resultam da existência de dois sexos, macho e fêmea, como fica explícito no conceito de sistema de sexo/gênero de Rubin. O vetor direciona-se, ao contrário, do social para os indivíduos que nascem. Tais indivíduos são transformados, através das relações de gênero, em homens ou mulheres, cada uma destas categorias-identidades excluindo a outra. Obviamente, o sexo anatomicamente configurado (não se pode ainda falar de fisiologia) sugere, em termos estatísticos, a transformação de certos indivíduos em mulheres e de outros em homens. O tornar-se mulher e o tornar-se homem, porém, constituem obra das relações de gênero. (SAFFIOTI, 1992: 187)

E o que significa dizer que as relações de gênero caminham paralelamente às relações de poder³³? Significa assumir que as relações de gênero são marcadas por uma desigualdade entre homens e mulheres e, ademais, pressupõe a existência de um dominador (homem) e um dominado (mulher).

Tais relações de poder são alimentadas porque tanto os dominadores como os dominados aceitam e naturalizam a realidade social. Os mecanismos de socialização, as ideologias, as crenças religiosas, entre outros, são meios de construção de reprodução de padrões normativos que levam os sujeitos à naturalização das relações existentes.

O fato é que a sociedade constrói “mulheres e homens como sujeitos bipolares, opostos e assimétricos: masculino e feminino envolvidos em uma relação de domínio e subjugação” (COSTA, 2000: 38), criando papéis sexuais e hierárquicos bem definidos. Em poucas palavras, as relações de poder e subordinação são representadas na construção dos estereótipos sexuais.

2.1.1 OS PAPÉIS SEXUAIS E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Papel sexual (ou papel de gênero)³⁴, de forma sucinta, é um conjunto de comportamentos, deveres e expectativas que é atribuído a um indivíduo, de modo

³³ Aqui, a definição de poder ultrapassa a visão minimalista do poder formal, ligado ao Estado e ao exercício da política. Isto porque o poder está presente em todos os âmbitos da sociabilidade em que vivemos.

³⁴ O conceito de papel sexual é amplamente utilizado na sociologia e na psicologia social. Talcott Parsons, um dos maiores expoentes da teoria funcionalista, foi um dos primeiros a utilizar o conceito de

normativo, com base em seu sexo biológico (OLIVEIRA e AMÂNCIO, 2002). Instaure-se, assim, uma divisão sexual de papéis, originando, ao mesmo tempo, estereótipos sexuais.

Essa divisão encontra fundamentos no processo de constituição dos espaços público e privado e da própria configuração da família nos moldes burgueses, ou seja, com o próprio desenvolvimento dos meios de produção e da sociedade capitalista³⁵. Nesse processo, o papel do cuidado com a família e com a casa ficou relegado às mulheres, limitadas por suas funções afetivas e domésticas. Ao homem, coube a ocupação do espaço público, sem perder o domínio da esfera privada, visto que este deveria ser o mantenedor da família. Assim, características como calma e delicadeza são esperadas das mulheres, enquanto espera-se dos homens força e virilidade. Nesse contexto, é que se pode afirmar que a subalternidade feminina ocorre devido seu papel de gênero. As funções e comportamentos esperados das mulheres são considerados secundários, daí a referência como o “segundo sexo” (BEAUVOIR, 1970).

Antes do surgimento da apropriação privada dos bens materiais, estes eram coletivamente apropriados por todas as pessoas (sociedades primitivas). Com o surgimento da propriedade privada, exigindo novas configurações nos agrupamentos familiares, nas relações de trabalho e na organização social, prevalecem novas relações sociais que incidem sobre a vida de homens e mulheres. Para as mulheres, novas tarefas, sobretudo, a de procriar, de ser mãe e esposa sob as exigências do casamento monogâmico, cabendo-lhe, como imposição sumária, o espaço do lar, enquanto, ao homem, restava o trabalho desenvolvido fora do espaço doméstico. Socializadas em âmbito privado, coube às mulheres a tarefa de cuidar dos filhos, dos pais, do marido, da casa de modo geral, figurando como responsáveis pela manutenção da ordem em casa, apaziguadoras de conflitos, refletindo-se esses cuidados nas atividades que assumem ao participarem dos espaços públicos. (OLIVEIRA e SANTOS, 2010:13)

papel sexual a partir da sua discussão sobre família. O teórico propõe que a família é “um pequeno grupo-tarefa, no qual os membros adultos desempenham papéis altamente diferenciados, assimétricos e complementares, o que possibilita a presença de modelos masculinos e femininos bem definidos” (BRUSCHINI, 1989:02). Em poucas palavras, uma família formada por uma mulher, homem e filhos, no qual cada um possui uma função que torna possível a harmonia entre seus membros. Embora seja de forma a-crítica, o autor teoriza sobre os papéis sociais de gênero e as relações de poder e hierarquia existentes entre homens e mulheres.

³⁵ Ver mais em Engels (2002).

Para o presente trabalho, importa saber que os papéis relegados aos homens e mulheres baseados em seu sexo biológico, que indicam a hierarquização entre os gêneros, impetra, também, o mundo do trabalho no sistema capitalista. Isto é, a divisão sexual do trabalho³⁶ é uma das implicações das relações desiguais de gênero explicitadas anteriormente.

Para Kergoat (2000), “a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; esta forma é adaptada historicamente e a cada sociedade” (KERGOAT, 2000:01). Ou seja, a divisão sexual do trabalho não é um fenômeno imutável, visto que suas formas se transformam no tempo e no espaço, o que é estável é a distância entre homens e mulheres³⁷. Se de um lado é inegável que a condição feminina melhorou, do outro temos que a distância espantosa entre ambos os sexos (entendidos no sentido biológico) persiste.

Hirata (2002), afirma que existem diversas explicações para a divisão sexual do trabalho: a ideia de complementaridade entre homens e mulheres, a conciliação entre a via profissional e a via familiar, o princípio da parceria entre homens e mulheres, entre outros. Contudo, a autora afirma que não se deve esquecer que a divisão sexual do trabalho pressupõe relações sociais de sexo (vide a definição adotada nesta pesquisa) e estas relações, na sociedade em que vivemos, são desiguais, antagônicas e hierarquizadas, como já discutido anteriormente.

Dessa forma,

(...) As mulheres concentram-se em um determinado setor de atividade (em função das características atribuídas culturalmente às mulheres, através da identidade feminina predominante na época considerada). Suas ocupações têm em comum o fato de serem derivadas das funções de reprodução social e cultural, tradicionalmente desempenhadas pelas mulheres. Quando não são extensões diretas da domesticidade, requerem qualidades muito estimuladas na socialização das meninas (paciência, docilidade, meticulosidade, delicadeza etc.), por exemplo nas linhas de montagem da indústria eletromecânica (YANNOULAS, 2003: 47).

³⁶ O conceito de divisão sexual do trabalho já tem uma longa história, contudo “foi na França, no início dos anos 1970, sob o impulso do movimento feminista, que surgiu uma onda de trabalhos que rapidamente assentariam as bases teóricas desse conceito” (HIRATA e KERGOAT, 2007:597).

³⁷ A partir da diferenciação entre princípios e modalidades e a insistência sobre a noção de distância entre homens e mulheres, Hirata e Kergoat (2007) desconstruem o paradoxo presente nos estudos sobre divisão sexual do trabalho: a ideia de que “tudo muda, mas nada muda”.

Ou seja, as mulheres concentram-se em profissões muito ligadas a noção de cuidado, tais como trabalho doméstico, Enfermagem, Serviço Social, entre outros. Já os homens se concentram em áreas ligadas a tecnologia e exatas, campo em que se situa a geociências e a mineração (DIEESE, 2011; INEP, 2014).

Essa separação de competências, atribuições e funções representam uma divisão sexual horizontal do mercado de trabalho (segmentação horizontal do mercado de trabalho).

O fenômeno de inserção diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho denomina-se segmentação ou segregação dos mercados de trabalho baseada em gênero. Assim, a segmentação reporta-se à concentração de oportunidades de trabalho para as mulheres em setores de atividade específicos e num número reduzido de ocupações dentro da estrutura produtiva (YANNOULAS, 2003:48).

Contudo, há também uma divisão vertical do mercado de trabalho (segmentação vertical do mercado de trabalho). A segmentação vertical diz respeito a hierarquização no mercado de trabalho. Em suma, as mulheres são minoria nos cargos mais altos e em espaços de poder (DIEESE, 2011), comprovando, segundo Yannoulas (2003) e Kergoat (2000), que as mulheres estão em desvantagem em relação aos homens, no que diz respeito a salários, ascensão de cargos e condições de trabalho.

Dessa segmentação horizontal e vertical, decorre que as profissões ditas “masculinizadas” são mais valorizadas do que as ditas “feminizadas”, mesmo em condições precárias. Daí a ideia de que a classe trabalhadora tem dois sexos (HIRATA e KERGOAT, 1994).

2.2 ASSISTÊNCIA SOCIAL: CAMPO PROFISSIONAL PARA MULHERES?

Como vimos, as ações relacionadas ao cuidado, seja no âmbito familiar ou no mercado de trabalho, são vistas como essencialmente femininas.

Sendo o cuidado atividade constituinte da política atual de Assistência Social³⁸ e, considerando ainda, as relações de gênero supracitadas e a relação da política em

³⁸ De acordo com a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS, “a proteção social de Assistência Social consiste no conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo SUAS para redução e prevenção do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo da vida, à dignidade humana e à família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional” (BRASIL, 2005).

questão com a filantropia, é compreensível que as mulheres sejam maioria nas profissões/ocupações/atividades relacionadas a esta política.

O embrião da Assistência Social no Brasil está diretamente relacionado as ações de benemerência e caridade realizadas pelas damas de caridade³⁹ (BOSCHETTI, 2003; SPOSATI, 2007). “Desde o seu germe, portanto, há uma nítida marca de gênero como construto da Assistência Social. Esta marca tem acompanhado toda a trajetória desta política, de diferentes formas (...)” (RUSSO, CISNE E BRETTAS, 2008:130).

De forma sucinta, até 1930 a questão social não era tratada como direito, mas considerada “caso de polícia”. Porém, como a repressão por si só não era suficiente para manter a “ordem social”, entidades, na maioria permeadas pela lógica cristã de ajuda ao próximo, criaram também outras estratégias para o seu enfrentamento, realizando práticas baseadas na caridade e no voluntarismo, de forma fragmentada e descontínua.

A partir de 1930, a conjuntura social (acirramento das contradições sociais), política (instauração do Estado Novo, em 1937, sob comando de Getúlio Vargas como presidente, ao mesmo tempo que emergia uma classe trabalhadora organizada que ameaçava o poder da classe dominante) e econômica do Brasil (desenvolvimento do capitalismo no país), tornou necessário que o trato da questão social por parte do Estado fosse aquém da repressão.

Nesse contexto, Vargas adotou políticas que visavam o controle da população de forma populista, assistencialista e clientelista, passando a imagem de “padrinho da população”. Buscava-se mascarar as desigualdades sociais. O então presidente ficou conhecido, inclusive, como o pai dos pobres⁴⁰.

Esse modelo governamental não eliminava, no entanto, o uso da repressão tanto direta quanto camuflada ideologicamente. O objetivo central era impedir a autonomia das organizações sindicais e da classe trabalhadora de uma forma geral, que já conquistava espaço no cenário político. (RUSSO, CISNE E BRETTAS, 2008:133)

³⁹ Mulheres com condições financeiras elevadas, destacadamente, as primeiras-damas.

⁴⁰ É preciso assinalar o caráter contraditório que qualquer política social assume na sociedade capitalista, o que inclui a Assistência Social. Assim, não se pode considerar os serviços da Assistência Social apenas como modo do capitalismo se (re)produzir, mas também como conquista da classe trabalhadora. “(...) A assistência social, enquanto um processo que resulta da relação entre interesses contrários (o do capital e do trabalho ou o da lógica da produção lucrativa e o das necessidades sociais) pode tanto servir a um como a outro interesse, dependendo de quem, historicamente, estiver melhor situado na correlação de forças” (PEREIRA, 1996: 36).

Nesse contexto, surge a Legião Brasileira de Assistência – LBA, fundada em 1942 pela então primeira-dama Darcy Vargas, considerada a primeira grande instituição de Assistência Social (LONARDONI, GIMENES, SANTOS e NOZABIELLI, 2006).

De natureza jurídica civil e sem fins lucrativos, essa instituição era ligada administrativamente ao Ministério da Justiça e ao Ministério das Relações Exteriores. (...) A iniciativa de criar a LBA partiu da esposa do presidente da República, que sempre assumiu a presidência de honra da instituição. À época de sua criação, as ações eram desenvolvidas por voluntários, sem caráter técnico e sistemático. Essa forma particular de assistência social, com características muito mais próximas da caridade privada que da proteção social pública (...) (BOSCHETTI, 2006:35).

A LBA expandiu-se e atuava na maioria das áreas da Assistência Social. Portanto, influenciou na estruturação racional desta política, muito embora sua atuação não tenha rompido com as práticas assistencialistas do Governo Vargas.

É importante ressaltar que cabia às primeiras-damas a presidência da instituição. Ou seja: a Assistência Social estava sob responsabilidade da primeira-dama e não do presidente ou algum outro governante. O enfrentamento da questão social, nesse sentido, é entendido como responsabilidade feminina através de um viés moralizante, esvaziando o seu sentido político.

Vê-se que historicamente a assistência social esteve atrelada à questão de gênero. Até porque as profissões comuns à esta política, como psicólogos, assistentes sociais, pedagogos e cuidadores sociais, são também caracterizadas como essencialmente femininas por se relacionarem ao papel da mulher como educadora, cuidadora, emotiva, compreensiva, dentre outros. Isto é, permanece o pensamento conservador das mulheres como responsável pelo cuidado.

Com a promulgação da Constituição Federal do Brasil de 1988 e outros avanços legais referentes a Assistência Social, apontados no Capítulo 1 do presente trabalho, houve um avanço na tentativa de consolidar a Assistência Social como direito e definindo áreas de atuação mais contínuas e abrangentes. Com isso, esperava-se que o atendimento fosse profissionalizado e realizado por profissionais qualificados, eximindo, ao menos em parte, a mulher da sua responsabilidade moral de ajudar o próximo.

Contudo, os achados desta pesquisa mostram que em especial a profissão do cuidado, que poderia e deveria ser “profissionalizada” segundo os preceitos legais instituídos a partir da Constituição, acaba sendo limitada a filantropia e benemerência e, portanto, ainda restrita às mulheres.

3 A DISCUSSÃO DOS CUIDADORES SOCIAIS DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO DISTRITO FEDERAL EM UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO

Os cuidadores sociais⁴¹ são profissionais fundamentais para garantir que os princípios de atendimento às crianças e adolescentes em situação de acolhimento sejam cumpridos.

É a figura de autoridade e afetividade direta da criança. É bom reforçar isso, porque tem a ideia de que a técnica é que essa figura direta, mas não é. É a mãe social que está ali o tempo todo. E também é a figura de cuidado. Ela tem que organizar a casa, ajudar na organização dos horários, na organização deles, das coisas deles, no bom andamento da casa. E também é uma figura de afetividade, porque o cuidado não é só vestir roupa e dar banho. Mas poder conversar com o acolhido, ter um carinho, ter esse algo a mais para perceber se a criança está passando por alguma coisa, de poder ser sensível as necessidades dos acolhidos. (Coordenadora do Departamento Psicossocial – Instituição 1)

Entendemos que a mãe social é o cargo-chefe do serviço. É ela que é a figura de autoridade. Ela tem uma carga horária intermitente, é ela que dorme na casa-lar, é ela que está o tempo todo com os acolhidos, então é ela que lida o tempo todo com os conflitos daquele grupo que ela está cuidando. (Gestora da Instituição de Acolhimento – Instituição 3)

Apesar da importância reconhecida pelas instituições, veremos que a ocupação de cuidador social ainda carrega velhos paradigmas, influenciando as funções exercidas pelos mesmos e limitando suas possibilidades de atuação.

A pesquisa realizada em seis instituições de acolhimento para crianças e adolescentes do DF mostram que a atividade de cuidador social é exercida majoritariamente por mulheres, fato observado também em outros estados (SPERANCETTA, 2010). Quatro das seis instituições possuem em seu quadro de funcionários apenas cuidadoras sociais.

⁴¹ Segundo as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, o cuidador social deve possuir escolaridade mínimo de ensino médio completo e é desejável experiência em atendimento a crianças e adolescentes.

Na verdade, esta parece ser uma tendência para todas as profissões/ocupações presentes nos serviços de acolhimento. Com base na Tabela 2, vimos que das seis pessoas entrevistadas, cinco foram mulheres.

No serviço de acolhimento, todos os funcionários são mulheres. Psicólogas e assistentes sociais todas mulheres, e mães sociais todas mulheres. (...). Em relação a equipe técnica não pensamos necessariamente numa mulher. Pode ser tanto homens quanto mulheres. Mas quando há seleção, vemos dificuldade em encontrar homens que tenha experiência no atendimento à crianças e adolescentes. Além da própria realidade dessas profissões, que são formadas majoritariamente por mulheres. (Coordenadora do Departamento Psicossocial – Instituição 1)

Ademais, conforme Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviço de Acolhimento (2013), há uma presença expressiva de mulheres ocupando a direção das unidades de acolhimento institucional para crianças e adolescentes. “Disto pode-se inferir que as práticas de cuidado, em especial as direcionadas a crianças e adolescentes, são ainda consideradas uma questão feminina” (ASSIS; FARIAS, 2013:112).

Durante as entrevistas percebeu-se o uso de diversas nomenclaturas⁴² para se referir aos profissionais responsáveis pelos cuidados diretos das crianças e adolescentes acolhidos, com predomínio da terminologia “mãe social” (utilizada em quatro das seis instituições pesquisadas).

A atividade de mãe social foi regulamentada em 1987 pela Lei nº 7.644/1987. Nela, consta que a mãe social é a profissional que se dedica a assistência ao *menor* abandonado, desempenhando o encargo em nível social, dentro do sistema de casas-lares. Em 2008, tal lei foi alterada pelo Projeto de Lei nº 2.971/2004, que regulamentou a atividade de pai social, representando um avanço no reconhecimento legal da igualdade entre homens e mulheres. Com a elaboração das Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, em 2009, houve recomendação para se utilizar o termo cuidador social⁴³. Ademais, a Resolução CNAS nº 9, de 15 de

⁴² Nomenclaturas utilizadas: mãe/pai social (Instituições 1,2,3 e 5), cuidador social (Instituição 4) e educador social (Instituição 6).

⁴³ “O educador/cuidador residente não deve ocupar o lugar da mãe ou da família de origem, mas contribuir para o fortalecimento dos vínculos familiares, favorecendo o processo de reintegração familiar ou o encaminhamento para família substituta, quando for o caso. Assim, recomenda-se a substituição do

abril de 2014, ratifica e reconhece o cuidador social como uma das ocupações de ensino médio do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, em consonância com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS.

Nas instituições que possuem apenas cuidadoras sociais, consta na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS⁴⁴ que a atividade exercida é a de “mãe social”. Quando questionados sobre isso, a resposta foi unânime: “a lei que rege a atividade é a de mãe social”. Em outra instituição, na qual utiliza-se o termo cuidador social, a função registrada na CTPS é a de cuidador social, com a seguinte justificativa: “nós seguimos as Orientações Técnicas”.

Nós tentamos chamar de cuidadores sociais, mas os acolhidos normalmente chamam de mãe social ou se referem como tia mesmo. Mas a equipe técnica tenta chamar de cuidadores sociais. É um embate, porque às vezes os garotos chamam de mãe social e aí o cuidador acaba referenciando de filho. Nós da equipe não, tentamos deixar claro que são cuidadores, tentamos tirar essa lógica de mãe e pai. (Coordenadora da casa-lar – Instituição 4)

Quando mudou as Orientações Técnicas trouxe a recomendação de não usar mais o termo mãe social (...), deu uma impactada, porque a nomenclatura tem um peso. (...) Quando você chama de cuidadora você profissionaliza um vínculo, os próprios meninos sentem essa profissionalização e começam a tratar diferente. (...) Então ou ela é cuidadora social ou ela é mãe social. Aqui é mãe social, na carteira de trabalho ela é mãe social e ela exerce o papel de mãe. (Gestora da Instituição de Acolhimento – Instituição 3)

Assim, as instituições diferenciam os profissionais cuidadores com base em leis/resoluções distintas e utilizando nomenclaturas específicas para tal, muito embora os serviços de acolhimento sejam regidos pela mesma base normativa. Em poucas palavras, a legislação que aborda sobre os profissionais responsáveis pelos cuidados das crianças e adolescentes em situação de acolhimento dá margem a essa orientação

termo largamente utilizado “mãe/pai social” por educador/cuidador residente, de modo a evitar ambiguidade de papéis, disputa com a família de origem, ou fortalecimento da ideia de permanência indefinida da criança/adolescente no serviço e o investimento insuficiente na reintegração familiar.” (BRASIL, 2008:71)

⁴⁴ Quanto o regime de contratação, predomina o regime de trabalho celetista. Apenas na Instituição 6, de natureza pública-estatal, que os cuidadores sociais são servidores públicos (regime estatutário).

distinta por parte dessas instituições. Ressalta-se que isto não significa que as instituições que utilizam o termo cuidador social não reproduzam velhos paradigmas.

A Lei nº 7.644/1987, por si só, é muito restrita. Em primeiro lugar, foi promulgada antes da Constituição Federal de 1988 e antes do ECA. Em segundo lugar, corresponde apenas ao sistema de casa-lar. Como já discutido, existem, atualmente, diversas modalidades de serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. Em terceiro lugar, as atribuições⁴⁵ nela definida não abrangem a discussão fecunda sobre o atendimento às crianças e adolescentes ocorrida após a década de 1990. A presença das palavras “menor” e “abandonado” são exemplos disso. E, por último, “mãe” e “pai” carregam uma conotação distinta do que se propõe um serviço de acolhimento, que é a garantia de um direito e seu caráter excepcional e provisório. A utilização do termo “mãe social”, portanto, pode fortalecer velhos paradigmas que historicamente marcaram a institucionalização das crianças e adolescentes no Brasil, discutidos no capítulo 1. Pode-se dizer, inclusive, que a terminologia “mãe social” é um velho paradigma que se reproduz na atualidade.

Com tudo isso, comprovamos que há uma falta de consenso no que se refere ao papel desempenhado pelo cuidador social em uma instituição de acolhimento para crianças e adolescentes.

Conforme as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e adolescentes, as principais atividades exercidas pelos cuidadores sociais, seja em abrigos institucionais ou casas-lares, são: organização da rotina doméstica e do espaço residencial; cuidados básicos com alimentação, higiene e proteção; relação afetiva personalizada e individualizada com cada criança e/ou adolescente; prestar auxílio à criança e ao adolescente para lidar com sua história de vida, fortalecimento da auto-estima e construção da identidade; organização de fotografias e registros individuais sobre o desenvolvimento de cada criança e/ou adolescente, de modo a preservar sua história de vida; acompanhamento nos serviços de saúde, escola e outros serviços requeridos no cotidiano⁴⁶ e apoio na preparação da criança ou adolescente para

⁴⁵ Segundo o Art. 4º da Lei nº 7.644/1987, são atribuições da mãe social: I - propiciar o surgimento de condições próprias de uma família, orientando e assistindo os menores colocados sob seus cuidados; II - administrar o lar, realizando e organizando as tarefas a ele pertinentes; III - dedicar-se, com exclusividade, aos menores e à casa-lar que lhes forem confiados.

⁴⁶ Quando for necessário e conveniente, um profissional da equipe técnica (psicólogo ou assistente social) também deverá participar deste acompanhamento.

o desligamento, sendo para tanto orientado e supervisionado por um profissional de nível superior.

Além disso, a Resolução CNAS nº 9, de 15 de abril de 2014⁴⁷, o cuidador social, no âmbito da Assistência Social, possui as seguintes funções: desenvolver atividades de cuidados básicos essenciais para a vida diária e instrumentais de autonomia e participação social dos usuários, a partir de diferentes formas e metodologias, contemplando as dimensões individuais e coletivas; desenvolver atividades para o acolhimento, proteção integral e promoção da autonomia e autoestima dos usuários; atuar na recepção dos usuários possibilitando uma ambiência acolhedora; identificar as necessidades e demandas dos usuários; apoiar os usuários no planejamento e organização de sua rotina diária; apoiar e monitorar os cuidados com a moradia, como organização e limpeza do ambiente e preparação dos alimentos; apoiar e monitorar os usuários nas atividades de higiene, organização, alimentação e lazer; apoiar e acompanhar os usuários em atividades externas; desenvolver atividades recreativas e lúdicas; potencializar a convivência familiar e comunitária; estabelecer e, ou, potencializar vínculos entre os usuários, profissionais e familiares; apoiar na orientação, informação, encaminhamentos e acesso a serviços, programas, projetos, benefícios, transferência de renda, ao mundo do trabalho por meio de articulação com políticas afetas ao trabalho e ao emprego, dentre outras políticas públicas, contribuindo para o usufruto de direitos sociais; contribuir para a melhoria da atenção prestada aos membros das famílias em situação de dependência; apoiar no fortalecimento da proteção mútua entre os membros das famílias; contribuir para o reconhecimento de direitos e o desenvolvimento integral do grupo familiar; apoiar famílias que possuem, dentre os seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivência familiar; participar das reuniões de equipe para o planejamento das atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultado.

Todavia, como observado nas instituições pesquisadas, as funções podem se diferenciar conforme as características do serviço prestado. Nas Instituições 3 e 4, por exemplo, os cuidadores sociais são responsáveis por todos os aspectos relacionados à

⁴⁷ Resolução que ratifica e reconhece as ocupações e as áreas de ocupações profissionais de ensino médio e fundamental do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, em consonância com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS.

rotina e organização da casa-lar, muito embora os acolhidos assumam responsabilidades nesse processo. Na Instituição 1, há diferenciação entre casas situadas no abrigo institucional e as casas-lares descentralizadas. Enquanto nas primeiras a lavanderia é compartilhada por todas as casas e as refeições são feitas em um refeitório (há uma escala para que as cuidadoras sociais participarem da limpeza do refeitório e da cozinha), nas segundas as casas são mais autônomas. Nas Instituições 2 e 5, as tarefas domésticas são realizadas por outros funcionários (cozinheiro, auxiliar de serviços gerais, dentre outros). Já na Instituição 6, foi relatado que os cuidadores sociais não assumem nenhuma responsabilidade quanto à limpeza e organização da casa. Estas tarefas são relegadas aos acolhidos da casa-lar em questão, visto que só residem nela adolescentes (idade superior aos 12 anos).

Apesar da gama de funções e importância dos cuidadores sociais para garantir a convivência familiar e comunitária das crianças e adolescentes em situação de acolhimento, percebeu-se que a ênfase dada ao papel desses profissionais foi bastante superficial, resumindo-se aos serviços domésticos e/ou em dar alimentação, contribuir para a higiene e saúde e realizar acompanhamento escolar (com exceção para a Instituição 6, que será abordada posteriormente).

Ela [mãe social] tem esse papel de educar essa criança, de prepara-la para a vida autônoma (...). Ela arruma a casa, ela faz a comida, ela lava a roupa, ela que limpa a casa, ela que leva o menino para a escola, ela que vai na consulta médica. Ela faz o papel da mãe. (Gestora da Instituição de Acolhimento – Instituição 3)

Tomando como base a discussão sobre as relações de gênero presentes nessa sociedade, temos que a função cuidador social é entendida, nas maiorias das vezes, como mera extensão das atividades domésticas que uma mulher, por seu papel de gênero, deveria exercer. Daí a presença expressiva de mulheres assumindo essa ocupação e, ainda, a massiva utilização do termo “mãe social”. Ficou constatado que os serviços de acolhimento institucional que utilizam o termo “mãe social” possuem em seu quadro de funcionários apenas cuidadoras sociais, sendo que em três dessas instituições nunca houve estimativas de contratar cuidadores sociais do sexo masculino.

Essa influência da ideia normativa de cuidado como atribuição feminina se estende para a forma como é realizada a contratação. Em todas as instituições de

natureza pública não-estatal pesquisadas, a seleção ocorre por meio de análise curricular e entrevistas individuais ou grupais. As vagas são divulgadas por meio da Agência do Trabalhador, serviço prestado pelo Sistema Nacional de Emprego – SINE.

Primeiro ponto a ser destacado é o modo como ocorrem a divulgação das vagas. No caso das instituições que contratam apenas cuidadoras sociais, as vagas são restritas às mulheres. Isto é, não se cria a possibilidade de homens se candidatarem à vaga existente. Percebeu-se que não há muito questionamento sobre as razões dessa restrição no momento de divulgação da vaga.

Quando contratamos mãe social, e a instituição já faz isso por 51 anos, pensamos numa mulher, numa pessoa do sexo feminino. (Coordenadora do Departamento Psicossocial – Instituição 1)

Quanto ao processo seletivo, três aspectos foram comuns em todas as instituições: são realizadas entrevistas (individuais ou grupais), análise do currículo profissional a fim de verificar alguma experiência profissional e, por último, a explicação, por parte dos contratantes, das atribuições do cuidador, a situação e regras da instituição e questões relativas ao contrato de trabalho. Entretanto, os parâmetros de análise utilizados pelos contratantes se mostraram subjetivos.

Não é um teste psicológico, ninguém é aprovado ou reprovado, mas é para saber quem são elas, quem delas é mais indicada para a função. Então, coisas que a gente vê... O lado emocional, porque querendo ou não aqui são casos que mechem muito com a pessoa. Na verdade, todos que trabalham com o serviço de acolhimento precisam ter algumas coisas mais ressignificadas. Então, nós olhamos a questão emocional, se essa pessoa tem por acaso alguma lembrança ou passou por alguma violação de direitos na vida que não foi resolvida, não foi trabalhada, que virou um segredo. Mas olhamos também a questão do cuidado, se é uma pessoa cuidadosa. Colocamos situações-problema para saber se a pessoa vai conseguir lidar com aquilo. Porque aqui tem adolescente que desafia, que xinga. E temos que saber se a mãe saberá lidar com isso. (...) E até questionando para elas “o que é ser mãe”. Porque é mãe social. Então a gente tenta trabalhar essa questão do que é que ser mãe no momento da contratação. (Coordenadora do Departamento Psicossocial – Instituição 1)

Pessoas que a princípio se mostrem responsáveis, que tenham tempo livre, que possam se dedicar com exclusividade a esse trabalho, pois são crianças com necessidades especiais que necessitam de cuidados especiais. Então o critério que vejo é, além de morar perto, pessoas já maduras e que tenham esse tempo disponível e que possam cuidar. É claro que a gente nunca sabe se essa pessoa vai dar certo ou não. Aquele ditado: quem vê cara, não vê coração. Por isso, tem os três meses, que é o período de experiência, que é para a gente avaliar se a pessoa realmente se identifica com o trabalho. Normalmente eu procuro dentro desses critérios as pessoas que possuem alguma experiência relacionada a cuidados especiais, como cuidado com crianças que não sejam necessariamente portadoras de deficiência, que já tenha tido algum contato com crianças, para me trazer um pouco de tranquilidade. (...) A pessoa tem que mostrar que gosta desse trabalho. E eu inclusive faço questão sempre de falar muito do meu lado cristão: além de desejar o trabalho, porque vocês serão pagos por isso, aproveitem a oportunidade para estar cuidando, aproveita para se doar, para dar amor, carinho. Até porque essas crianças foram abandonadas. Não tiveram a oportunidade de serem reintegradas. (Coordenadora da casa-lar – Instituição 2)

Na Instituição 3, além dos três procedimentos citados, a entrevistada afirmou que existe no rol de procedimentos de contratação a recomendação de uma visita domiciliar na casa da candidata, com objetivo de

(...) conhecer a família e a casa da profissional, averiguando se esta é limpa e organizada. Porque o que a gente é por dentro reflete por fora a nível de organização. E saber como que a família encara esta profissão. Porque às vezes ela está vindo por uma necessidade, mas a contragosto da família. Ela tem que ter o apoio da família, porque ela ficará muitos dias fora. Senão, ela não vai ficar. Olhamos também se a pessoa não fuma, porque imagina só a mãe fumar? (Gestora da Instituição de Acolhimento – Instituição 3)

A partir dessas falas, evidencia-se que o perfil procurado pelas instituições é associado a concepção de ajuda ao próximo e da ideia normativa de papel materno e da mulher. A Instituição 4, que possui um cuidador social do sexo masculino em seu quadro de funcionários, foi a única instituição pública não-estatal que se distanciou desse perfil profissional almejado, dando ênfase apenas a experiência profissional e ao grau de afeição do candidato por crianças e adolescentes.

A experiência profissional, em maior ou menor grau, foi citada em todas as instituições. De acordo com as entrevistas, dificilmente a pessoa que se candidata a vaga de cuidador social já teve essa experiência profissional. O que ocorre, é que as mulheres candidatas já trabalharam com atividades que também são consideradas extensões dos “cuidados do lar”, como auxiliares de serviços gerais, babás e diaristas.

Sendo assim, mesmo que as vagas fossem divulgadas para ambos os sexos, talvez os homens não possuíssem experiência profissional para “competir” com as mulheres. Na instituição pública não-estatal que conta com a presença do pai social, por exemplo, não se colocou a experiência como ponto central para concorrer a vaga, o que facilitou o processo de contratação.

O fato é que dificilmente se discute contratar cuidadores sociais do sexo masculino nestas instituições, mesmo frente a dificuldade de se contratar cuidadoras sociais, fenômeno relatado por todos os entrevistados das instituições que possuem apenas cuidadoras sociais no seu quadro de funcionário. Dentre as razões estão a localidade da instituição (Instituição 5), dificuldade da mulher em cumprir uma jornada intermitente (Instituição 1 e Instituição 3) e a procura por profissionais que residam próximas a instituição (Instituição 2).

Para tentar sanar essas dificuldades no momento da contratação, duas instituições de acolhimento alteraram a jornada de trabalho. As Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes recomenda que nos abrigos institucionais os cuidadores sociais trabalhem em turnos fixos diários e não em esquemas de plantão, a fim de evitar ampla alternância na prestação dos cuidados. Já nas casas-lares, é colocado que deve haver um cuidador social residente. Apenas em três instituições se mantém o cuidador social residente (Instituição 1, Instituição 2 e Instituição 3). Em outras duas persiste o regime de plantão 24h (trabalha um dia e folga o outro) e na Instituição 6 o plantão possui duração de 12h (regime de escala).

Quando fundou a casa-lar nós queríamos um casal, seria os residentes e os outros dois cuidadores. Acabou que isso dificultava a contratação e não conseguíamos contratar o casal. E aí mudamos para o plantão de 24h. E só quando mudamos o plantão é que conseguimos contratar o casal.
(Coordenadora da casa-lar – Instituição 4)

Quando eu entrei aqui na instituição, as mães sociais trabalhavam a semana inteira e folgavam uma vez por semana. E isso dificultava elas terem uma vida fora da instituição, cuidar dos próprios filhos, manter um relacionamento. Então a gente fez uma mudança. Hoje elas trabalham 24 horas e folgam 24 horas, dia sim e dia não. (Presidente da instituição – Instituição 5)

Quando questionados sobre a possível contratação de cuidadores sociais do sexo masculino frente as dificuldades enfrentadas no momento da contratação de cuidadoras sociais, houve ressalvas sobre os perigos aos quais as crianças e adolescentes poderiam ser expostas.

Como a gente não conhece exatamente quem é a pessoa, nós não queremos o risco desses homens se aproveitarem das crianças acolhidas. Aqui nós temos mocinhas, adolescentes, de 16, 17, 18 anos. Então, por isso, esse receio acho que normal. Pela sociedade que a gente vive, a gente acha melhor se precaver. (Coordenadora da casa-lar – Instituição 2)

Esse comentário pode soar preconceituoso em um primeiro momento, mas ao analisarmos dados fecundos sobre violência sexual contra crianças e adolescentes, se constata que o receio é fundamentado. De acordo com o Balanço Semestral do Disque Direitos Humanos – Disque 100, do primeiro semestre de 2015, a violência sexual é a quarta violação mais recorrente contra crianças e adolescentes denunciada no Disque Direitos Humanos, representando 21,90% dos casos. O *site* BBC, em matéria publicada no dia 10 de novembro de 2015, afirma que dos 71 casos de abuso infantil que chegaram ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo entre 2012 e meados de 2015, 73% eram de meninas e 27% eram de meninos, e quanto aos abusadores apenas 0,4% eram mulheres.

Já a entrevistada da Instituição 3, afirmou que nas casas-lares da instituição localizadas em outros países e até mesmo em outros estados brasileiros, há cuidadores sociais do sexo masculino. Todavia, para a instituição localizada no DF ainda não se verificou a necessidade de contratar os “pais sociais”.

Na Instituição 1 houve a tentativa de contratar um cuidador social homem.

No ano passado nós percebemos a necessidade muito grande de contratar um pai social. Até incluímos isso no nosso plano de trabalho para uma casa específica do serviço. Mas foi muito difícil. (...) A gente percebeu que no trabalho com adolescentes

a figura masculina é importante como uma figura de autoridade. Só que a gente não conseguiu contratar ninguém. Teve até uma entrevista interessante. Veio o casal, casal mesmo, o esposo e a esposa. E ele parecia muito interessado. Mas não ficaram. (...) A contratação de pai social, e esta é uma questão muito interessante, partiria de uma visão de como um pai social dentro da casa poderia ser benéfico para os adolescentes e de ter uma relação próxima com a figura masculina. Tem a questão também de que o homem tem uma autoridade. Assim, acho que algumas mulheres terão a mesma autoridade, mas é mais comum ao homem. Então, depois que a gente tentou contratar e não conseguiu, a gente percebeu que a dificuldade seria muito grande. (Coordenadora do Departamento Psicossocial – Instituição 1)

O discurso do homem como figura de autoridade aparece aqui ratificando, mais uma vez, os papéis atribuídos a cada gênero. Em outra entrevista (Instituição 4), a importância do cuidador social do sexo masculino foi atribuída ao fato deste “impor respeito naturalmente”. A entrevistada da Instituição relatou que o respeito pelas cuidadoras advém do fato delas possuírem mais experiência e, portanto, a qualidade das intervenções é superior. Ou seja: mesmo em uma profissão tradicionalmente ocupada por mulheres, verifica-se que para as mesmas adquirirem o mesmo respeito que os homens, precisam ser mais qualificadas.

Foi comprovado, ainda, que a mera divulgação de vagas de cuidador social – mesmo quando destinadas unicamente ao público masculino – não acarreta, necessariamente, na contratação de um homem. Denota-se uma falta de interesse dos homens no que se refere a esse tipo de atividade.

No caso da instituição pública não-estatal que conta com cuidador social do sexo masculino, este é contratado junto à sua esposa e ambos realizam o plantão nos mesmos dias. A entrevistada não soube responder com exatidão sobre a divisão de funções entre o casal, alegando que normalmente o homem cuida da limpeza da casa e a mulher se responsabiliza pela alimentação. Afirmou deixá-los decidir sobre esses aspectos, inclusive por terem uma relação matrimonial. Conforme pesquisa realizada por Sperancetta (2010), quando há a presença de mães sociais e pais sociais em uma mesma instituição, nota-se que há uma divisão de funções entre cuidadores sociais baseadas em seu gênero sexual em grande parte delas.

A entrevista realizada na Instituição 4 revelou que apenas se pensou a contratação de um casal, e não a contratação de um homem por si só. A entrevistada alegou que há na casa apenas um quarto destinado aos cuidadores e, portanto, há a necessidade de dividi-lo. Na Instituição 1, como ressalta a fala da entrevistada, também se pensou na contratação de um casal. Já na Instituição 5, o entrevistado afirmou que caso algum dia seja contratado um cuidador social do sexo masculino, a preferência será para um casal, para evitar situações de ciúme dos maridos das cuidadoras sociais para com o cuidador social homem contratado.

Esta situação pode revelar a objetificação da mulher que aparece como propriedade dos maridos, bem como uma forma de proteger as crianças e adolescentes de possíveis abusos relacionados a presença de um homem como cuidador social. Além disso, a contratação de um casal pode refletir a tentativa de se reproduzir no acolhimento institucional a ideia funcionalista de família, para a qual o homem e a mulher possuem determinadas funções que são consideradas fundamentais para o pleno desenvolvimento da criança.

Quanto a instituição pública-estatal, na qual a seleção ocorre por meio de concurso público para provimento de vagas, a situação pode ser ainda mais alarmante no que se refere a qualidade do serviço prestado pelos cuidadores sociais: se nas instituições públicas não-estatais percebeu-se que o cuidado fica relegado, muitas vezes, ao estereótipo que se tem sobre as funções maternas, a ideia de “vigiar os acolhidos” apareceu de forma mais proeminente na Instituição 6.

Analisando o Edital Nº 1 do Concurso Público 2/2008 da SEDHS, publicado em 15 de dezembro de 2008, regido e executado pela Fundação Universa, nota-se que os parâmetros utilizados para a contratação dos cuidadores sociais são mais objetivos do que nas instituições do terceiro setor, visto que todas as etapas devem ser seguidas rigidamente.

O concurso público foi realizado através de prova objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, e avaliação de qualificação socioeducativa, de caráter classificatório. Além disso, os candidatos aprovados foram convocados para a realização dos procedimentos pré-admissionais e dos exames médicos complementares, de caráter unicamente eliminatório. O requisito escolar era a conclusão de curso de nível médio, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo órgão próprio do sistema de

ensino. A descrição sumária das atribuições⁴⁸ foi ampla e em conformidade com as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Para a avaliação de qualificação socioeducativa, foi realizada a prova de títulos e experiência profissional relacionada a função de cuidador social, tais como avaliação de cursos, capacitações, seminários, congressos e treinamentos na área socioeducativa.

Todos os parâmetros utilizados na execução do edital público estavam de acordo com as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, exceto pela realização de curso de formação para os aprovados⁴⁹.

Quando se tratar de serviços de acolhimento governamentais, particular atenção deverá ser dada à elaboração de editais de concursos públicos para o provimento dos cargos. Além da previsão de formação mínima exigida para a função, da exigência de conteúdos específicos para as provas de seleção (vide sugestões no item “Habilidades e conhecimentos técnicos desejáveis”) e da previsão de provas de títulos que pontuem tanto titulação acadêmica em áreas relacionadas ao desempenho da função, quanto experiência profissional no atendimento a crianças, adolescentes e famílias. Recomenda-se que também sejam previstos nos editais, como etapas eliminatórias do concurso, a avaliação psicológica; a análise de vida pregressa e curso de formação. (BRASIL, 2008)

As vagas, destinadas a ambos os sexos, representaram uma chance para aqueles que buscavam estabilidade, jornada semanal de 30h e salário acima do mercado de trabalho para exercer a atividade de cuidador social. Além disso, por ter um caráter mais objetivo, questões singulares dos sujeitos, como motivação para a função, puderam deixar de ser avaliadas.

Essas questões criaram situação inversa daquela verificada na maioria das instituições públicas não-estatais: mais cuidadores sociais do sexo masculino presentes em uma das casas-lares da Instituição 6.

⁴⁸ Descrição sumária das atribuições, conforme item 2.1.2 do edital: executar atividades de proteção social especial em unidades de alta complexidade, relacionadas ao acolhimento, e assistência às crianças, adolescentes, famílias, idosos e pessoas com deficiência sob seus cuidados; e importância das normas de convivência comunitária; exercer papel de mediador de conflitos; participar e contribuir para o processo de reintegração familiar dos usuários e colocação em família substituta, ou similares; participar da vida escolar dos assistidos; zelar pela integridade física, emocional e mental das crianças, adolescentes, famílias, idosos e pessoas com deficiência; auxiliar na construção da autonomia e da autogestão dos usuários; participar de programas de treinamento; executar outras atividades de interesse da área.

⁴⁹ O curso de formação não estava previsto em edital, porém não se tem informações de que as próprias instituições de acolhimento tenham realizado um curso destinado aos novos profissionais.

Ressalta-se que nessa instituição os adolescentes são os responsáveis pelos serviços domésticos da casa-lar, inclusive na manutenção das suas roupas. A alimentação é terceirizada: são distribuídas, diariamente, marmitas para os acolhidos. Segundo entrevistada, os cuidadores sociais são responsáveis apenas por controlar os adolescentes. Inclusive, foi relatado que muitas vezes os profissionais não cumprem suas cargas-horárias integralmente e deixam os acolhidos sem nenhuma supervisão.

Ainda segundo a entrevistada, essas características dificultam o trabalho com os adolescentes em situação de acolhimento. Ocorrem situações de desrespeito, como o uso recorrente de terminologias depreciativas (*menor, delinquente*), que fragilizam a garantia do direito.

Importante ressaltar que o termo utilizado na Instituição 6 para se referir aos cuidadores sociais é o de educadores sociais. Analisando apenas a nomenclatura, temos que a dimensão que relaciona as mulheres à função (a palavra “cuidado”) é retirada e trocada por uma denominação muito relacionada a questão da autoridade.

Disto, pressupõe-se que os homens, criados para assumir determinadas funções, não estão preparados, muitas vezes, para assumirem atividades de cuidado. Isto não significa dizer que seja da natureza feminina “cuidar”, mas que a produção e reprodução dos estereótipos precisam ser superadas para que ambos os sexos exerçam as suas funções com qualidade. Nem a cuidadora deve ser a mãe e nem o cuidador deve ser apenas a figura de autoridade.

Todos os aspectos apresentados até agora apontam para o desafio de consolidar o trabalho interdisciplinar (para além da equipe técnica) nos serviços de acolhimento, com fins de garantir um atendimento integral e protetivo às crianças e adolescentes. A ideia de formação continuada para todos os funcionários dos serviços de acolhimento, realizada a partir de cursos, reuniões de formação, seminários e leituras, está presente nas Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Porém, se um curso de formação de cuidadoras sociais, por exemplo, é oferecido por uma instituição que reforça ideias filantrópicas e a ideia funcionalista de papel sexual, então, muito provavelmente, as profissionais formadas portarão valores que não abarcam a totalidade dos princípios de atendimento previstos nas normativas que tratam os serviços de acolhimento.

Uma última questão deve ser considerada ao discutir as relações de gênero tendo em vista os cuidadores sociais dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes do Distrito Federal: a diferença salarial entre as duas formas de regimes de trabalho.

Os cuidadores sociais do regime estatutário, além da estabilidade do vínculo empregatício e jornada de trabalho de 30 horas semanais, recebem remuneração bastante superior aos cuidadores sociais celetistas que possuem jornada de trabalho de 40 ou 44 horas semanais. Em uma das instituições pesquisadas o salário pago às cuidadoras sociais girava em torno de um salário mínimo, enquanto o vencimento básico dos cuidadores sociais da Instituição 6, previsto em edital público, é superior a mil e seiscentos reais.

Sendo assim, ocorre uma divisão entre trabalhadores que exercem uma mesma função. Apesar disso, os cuidadores sociais, independente da instituição a qual se vincula (estatal ou não), prestam um serviço público.

É este, portanto, o desenho compósito, diverso e heterogêneo que caracteriza a nova conformação da classe trabalhadora, a classe-que-vive-do-trabalho: além das clivagens entre os trabalhadores estáveis e precários, homens e mulheres, jovens e idosos, nacionais e imigrantes, brancos e negros, qualificados e desqualificados, “incluídos e excluídos” etc., temos também as estratificações e fragmentações que se acentuam em função do processo crescente de internacionalização do capital. (ANTUNES e ALVES; 2004:342)

Sabe-se que das seis instituições pesquisadas, quatro possuem apenas cuidadoras sociais e características ditas femininas são amplamente valorizadas, inclusive as vagas são restritas ao público feminino. Em contrapartida, na Instituição 6, pública, não ocorre o fenômeno da discriminação de vagas e não existe a avaliação de características subjetivas dos sujeitos, além de não serem realizados serviços domésticos por parte dos cuidadores sociais. Pode-se dizer, portanto, que na instituição pública pesquisada a atividade de cuidador social não se constitui uma extensão das funções ditas maternas.

Nesse contexto, podemos supor que um dos motivos para os baixos salários pagos as cuidadoras sociais das instituições públicas não-estatais é a desvalorização das profissões ditas femininas. Soma-se a isso o fato de grande parte das instituições do terceiro setor não receberem verbas públicas, sobrevivendo de doações, campanhas,

eventos, dentre outros. Essa condição impossibilita pagar salários mais altos aos funcionários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, historicamente, o atendimento às crianças e adolescentes em serviços de acolhimento foram realizados por voluntários e religiosos agindo com o “bom coração para ajudar os que necessitam”. Como visto, devido a esta característica, as instituições de acolhimento, desde sua gênese com a Roda dos Expostos, é marcadamente um espaço de atuação das mulheres, devido ao papel de gênero imposto a elas, em consonância com a própria história da composição do mercado de trabalho no âmbito da Política de Assistência Social. A desresponsabilização do Estado quanto a prestação de políticas sociais mantém os serviços de acolhimento sob a égide da filantropia e, por isso, o grande número de mulheres ainda atuando como cuidadoras sociais.

Os avanços na consolidação do serviço de acolhimento como um direito das crianças e dos adolescentes são incontáveis, porém persiste nesse contexto a visão de que é suficiente a “vontade de fazer o bem ao próximo” para assumir atividades nas instituições prestadoras desse serviço. O cuidado entendido como atribuição feminina e diretamente relacionado a dimensão da afetividade torna-se subjetivo e não expressão de um direito a ser prestado. Por outro lado, a atitude policialesca dos cuidadores sociais da Instituição 6 também não consolida esse direito.

Como aponta Bittencourt e Ferreira (2009) o cuidado está presente em todas as dimensões dos direitos das crianças e adolescentes, seja no direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Em contrapartida, todos os atos que firam esses direitos, como a negligência e exploração, refletem a falta de cuidado. Portanto, é crucial que se coloque a prestação do cuidado em um outro patamar no interior dos serviços de acolhimento, não o limitando como papel exclusivo da mulher.

Coloca-se a necessidade de seleção, capacitação e acompanhamento de todos aqueles responsáveis pelo cuidado direto e cotidiano das crianças e adolescentes acolhidos, “visto se tratar de uma tarefa complexa, que exige não apenas ‘espírito de solidariedade’, ‘afeto’ e ‘boa vontade’, mas uma equipe com conhecimento técnico adequado” (BRASIL, 2008:57). Entretanto, se a seleção, capacitação e

acompanhamento ocorrem em instituições que defendem a “ajuda ao próximo” e por profissionais que, em sua maioria, não rompem essa lógica, o que esperar dos cuidadores sociais?

De fato, há uma relação direta entre a história da institucionalização das crianças e adolescentes e Assistência Social no Brasil, a terminologia adotada na maioria das instituições para referenciar os cuidadores sociais, as funções exercidas por tais profissionais e a discussão de gênero no que tange a conformação do mercado de trabalho. Diante desses aspectos afirma-se que a hipótese de pesquisa foi confirmada, pois é evidente que as relações de gênero incidem nas decisões administrativas, nas formas institucionais e nas relações trabalhistas das instituições de acolhimento para crianças e adolescentes do DF.

Não se desconsidera aqui os aspectos colocados pelos entrevistados no que se refere a contratação de cuidadores sociais homens, como o receio de violência sexual contra acolhidos e a falta de experiência dos mesmos. Entende-se que esses fatores expressam uma realidade maior. Em suma, o cuidado é um ato que acontece em uma “diversidade de contexto social, econômico, político e cultural que lhe confere o sentido de uma relação social onde estão presentes as desigualdades e/ou os antagonismos de classe, sexo, raça ou etnia” (HIRATA E GUIMARÃES, 2012:2).

À guisa de conclusão destaca-se que o presente trabalho não objetivou esgotar toda a realidade que envolve os cuidadores sociais, devido a limitação do tempo, das entrevistas e a própria necessidade de responder a objetivos específicos. Apesar disso, o processo de coleta de dados numa pesquisa qualitativa envolve aspectos para além dos que são previstos na metodologia. Nesse sentido, a pesquisa anuncia possíveis achados que, apesar de não terem sido comprovados pelo estudo, podem sugerir futuros temas de pesquisa que aprofundem a discussão de gênero no cuidado às crianças e adolescentes em situação de acolhimento do DF.

A reflexão acerca da relação entre os cuidadores sociais e os acolhidos (que pode ser afetiva ou conflituosa, como explicitado em algumas falas) e a própria percepção do cuidador quanto a sua função podem indicar novos caminhos no debate da contratação prioritária das mulheres para assumir a atividade em questão. Portanto, ouvir os cuidadores sociais e os acolhidos poderia trazer novos pontos para o centro do debate.

Além disso, não foi possível pesquisar com afinco os métodos adotados pelas instituições responsáveis pela fiscalização dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, embora tenha ficado evidente a falha nesse processo. No entanto, entende-se que tais órgãos poderiam exercer um papel fundamental para a construção de equipes qualificadas ao atuar efetivamente no controle do exercício dos princípios, direitos e orientações colocados nas normativas e documentos que regem o funcionamento das instituições de acolhimentos. Aponta-se para a necessidade de integração entre as diversas rede de atendimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. ALVES, Giovanni **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. *Educ. Soc.*, Ago 2004, vol.25, n. 87, p.335-351.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 13ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ARAÚJO, Maria Fátima. **Família, Modernização capitalista e Democracia: retomando alguns marcos do antigo debate sobre as transformações da família no Brasil**. In: *Tempo e argumento*, v. 3, nº 1, p. 180-198, 2011.

ASSIS, Simone Gonçalves de. FARIAS, Luís Otávio Pires (orgs.). **Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviço de Acolhimento**. São Paulo: Hucitec Editora, 2013.

BBC. **Campanha #PrimeiroAssédio expõe tabu de violência sexual contra meninos**. Por: Renata Mendonça. BBC online, 10 de novembro de 2015.

BEHRING, Elaine. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BITTENCOURT, Sávio. FERREIRA, Lúcia. **Direito à convivência familiar e comunitária: o papel do Ministério Público**. In: *Revista em Pauta*, volume 6, número 26, julho de 2009.

BONFIM, Paula. **Entre o público e o privado: as estratégias atuais no enfrentamento à questão social**. In: *Revista Katálysis*, vol.13, n. 2. Florianópolis: 2010.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo**. 2ª. ed.. Brasília: UNB, 2003.

_____. **Seguridade Social e trabalho: paradoxo na construção das políticas de previdência e assistência social no Brasil**. Brasília, Letras Livres, 2006.

BRASIL. **Código de Menores**. Decreto n. 17.943-A, de 12 de outubro de 1927.

_____. **Código de Menores**. Lei n. 6.697, de 10 de outubro de 1979.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. DF: Senado, 1988.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n. 8069/90, de 13 de julho de 1990.

_____, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (F.H. Cardoso). **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Brasília: 1995.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS)**, 2006.

_____. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS. **Orientações Técnicas Para os Serviços de Acolhimento Para Crianças e Adolescentes**. Brasília: 2008.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS)**. Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Resolução CNAS nº 09, de 15 de abril de 2014**.

_____. Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República. **Balanco Semestral do Disque Direitos Humanos – Disque 100**. Brasília, 2015.

BEAUVOIR, Simone De. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 4ª ed. Difusão Europeia dos Livros, São Paulo, 1970.

BRUSCHINI, M. C. **Uma abordagem sociológica da família**. In: Revista Brasileira de Estudos de População (REBEP). V. 6, nº 1, p. 1-23. Rio de Janeiro, 1989.

CFESS. **20 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente**. In: CFESS Manifesta. Brasília, 13 de julho de 2010.

COMBESSIE, Jean-Claude. **O método em Sociologia: o que é, como se faz**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

CONNELL, Robert. **Políticas da Masculinidade**. Educação e Realidade, vol. 20, jul./dez., 1995, Porto Alegre.

COSTA, Aline Guedes da. **Maior abandonado: um olhar antropológico sobre o cuidador social**. Brasília: UnB, 2012.

COSTA, Ana Alice. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. Seminário de aprofundamento do trabalho com gênero no Pró-Gavião. Vitória da Conquista, 2000.

CRESWELL, John. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DAROS, Michelli Aparecida. GUEDES, Olegna de Souza. **O cuidado como atribuição feminina: contribuições para um debate ético**. Serv. Soc. Rev., Londrina, v. 12, n. 1, p. 122-134, jul./dez. 2009.

DIEESE. **Anuário das Mulheres Brasileiras**. São Paulo, 2011.

EBC, Empresa Brasil de Comunicação. **Desigualdade de gênero no mercado de trabalho persiste, diz ONU**. Por: Ana Cristina Campos. EBC online, 2015. In: <http://www.ebc.com.br/cidadania/2015/04/desigualdade-de-genero-no-mercado-de-trabalho-persiste-diz-onu>. Acesso em: julho de 2015.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo: Centauro, 2002.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Infância e processo político no Brasil**. In: RIZZINI, Irene, PILOTTI, Francisco (org.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: ArtMed, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GULASSA, Maria Lúcia Carr Ribeiro (Org). **Novos rumos do acolhimento institucional**. São Paulo: NECA – Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: Editorial Boitempo, 2002.

_____. **Mundialização, divisão sexual do trabalho e movimentos feministas transnacionais**. Revista Feminista, nº 2, SOS Corpo, Recife, 2010.

HIRATA, Helena. GUIMARÃES, Nadya Araujo. **Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care**. São Paulo: Atlas, 2012.

HIRATA, Helena. KERGOAT, Danièle. **A classe operária tem dois sexos**. Estudos Feminista, n. 1, 1994.

_____. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, Cortez, 1983.

INEP. **Censo da Educação Superior de 2013**. Brasília, 2014.

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. In: *Dictionnaire critique du féminisme*, organizado por Helena Hirata, Françoise Laborie,

Hélène Le Doaré, Danièle Senotier. Ed. Presses Universitaires de France. Paris, novembro de 2000.

LONARDONI, Eliana. GIMENES, Junia Garcia Gimenes. SANTOS, Maria Lucia dos Santos. NOZABIELLI, Sônia Regina. **O processo de afirmação da assistência social como política social.** Serv. Soc. Rev., Volume 8, Número 2, Jan/Jun 2006.

LUKÁCS, Georg. **Ontologia do ser social. Os princípios fundamentais de Marx.** São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas. 1979.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social.** São Paulo: Cortez 2002.

MOREIRA, Loyanne Medeiros. **Relato de vivência em uma entidade pública de acolhimento institucional no Distrito Federal.** Brasília: UnB, 2011.

MOREIRA, Virleene Cardoso. **Caridade, filantropia e políticas públicas: as concepções acerca da assistência social à infância na Bahia entre os séculos XIX e XX.** Anais de congresso: XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Salvador: 2011.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, João Manuel de; AMANCIO, Lígia. **Liberdades condicionais: o conceito de papel sexual revisitado.** Sociologia, Problemas e Práticas. Oeiras, n. 40, set. 2002.

OLIVEIRA, Leidiane. SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. **Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços.** Rev. katálysis, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-19, Junho 2010.

PEREIRA, Potyara. **A assistência social na perspectiva dos direitos.** Brasília: Thesaurus, 1996.

PISCITELLI, Adriana. **Ambivalência sobre os conceitos de sexo e gênero na produção de algumas teóricas feministas.** In: AGUIAR, N. Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

PIOVESAN, Flávia. **Igualdade de Gênero na Constituição Federal: os direitos civis e políticos das mulheres no Brasil.** In: Constituição de 1988: O Brasil 20 Anos Depois - Os Alicerces da Redemocratização (VOL. I). Senado Federal, Brasília: 2008.

RIZZINI, Irene. RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente.** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

RUSSO, Gláucia. CISNE, Mirla. BRETTAS, Tatiana. **Questão social e mediação de gênero: a marca feminina na Assistência Social** SER Social, Brasília, v. 10, n. 22, p. 129-159, jan./jun. 2008.

SANGLARD, Gisele. **Filantropia e assistencialismo no Brasil**. In: História, Ciências, Saúde – Manguinhos. Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 1095-1098, Dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010459702003000300017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 de outubro de 2015.

SANTOS, Ana Maria Augusta. **Acolhimento institucional de crianças e adolescentes: mudanças na história brasileira**. III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, CRESS 6ª Região. Belo Horizonte: 2013.

SAFFIOTI, H.I. B. **Rearticulando gênero e classe social**. In: OLIVEIRA, A; BRUSCINI, C. (Org.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Revista Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SILVA, Kleylenda Linhares. **Desafios contemporâneos acerca do terceiro setor e serviço social: entre o novo trato da questão social e a negação da solidariedade de classe**. In: IPEA, II Conferência do Desenvolvimento (CODE), 2011.

SOIHET, R. **História, Mulheres, Gênero: contribuições para um debate**. In: AGUIAR, N. Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

SPOSATI, Aldaíza. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 9º. ed.. São Paulo: Cortez, 2007.

SPERANCETTA, Andressa. **Educar-cuidar [dissertação]: práticas de pais sociais em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes**. Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré (orientadora). Florianópolis, SC, 2010.

SPOSATI, Aldaíza. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 9º. ed.. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **A menina Loas: um processo de construção da assistência social**. São Paulo: Cortez, 2004.

STEIN, Rosa Helena. **A (nova) questão social e as estratégias para seu enfrentamento**. In: Ser Social, nº 06. Universidade de Brasília: 2000.

VIEGAS, Simone Soares. **A Política de Atendimento a Crianças e Adolescentes em Abrigos de Belo Horizonte: história, organização e atores envolvidos**. Belo Horizonte: PUC MINAS, 2007.

YANNOULAS, Silvia C. (Coord.). **A Convidada de pedra: mulheres e políticas públicas de trabalho e renda**. Brasília: FLACSO; Abaré, 2003.

ANEXO I – ROTEIRO DE ENTREVISTA: INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE NATUREZA PÚBLICA



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - SER
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

ROTEIRO DE ENTREVISTA

A DISCUSSÃO DE GÊNERO NO CUIDADO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO NO DISTRITO FEDERAL – DF

Objetivo da Pesquisa: Discutir as relações de gênero nos serviços de cuidado das Instituições de Acolhimento para Crianças e Adolescentes do Distrito Federal – DF.

Questionário n°: _____

Data: ____/____/____

Local: _____

Orientações a serem seguidas pelo entrevistador:

Este questionário só deve ser aplicado após a autorização e preenchimento do Termo de Concessão Livre e Esclarecido (TCLE) pelo entrevistado. É imprescindível a realização da entrevista em local que não comprometa o sigilo da pesquisa ou cause transtornos ao entrevistado. E lembre-se: “é muito importante que se respeite a própria maneira como a pessoa se coloca em uma entrevista” (BRANDÃO, 2007:19).

Dados do entrevistado:

Nome:

Idade:

Função:

Perguntas:

1. Como vocês chamam os cuidadores sociais na Instituição? (Mães sociais? Pais sociais? Educadoras sociais?). *Procurar entender o posicionamento da pessoa*

no que se refere à função dos cuidadores sociais e como essa função se relaciona com a terminologia utilizada.

2. Quais as características da contratação dos cuidadores sociais na Instituição? *Procurar entender como é o processo de contratação, quais as decisões administrativas por trás da contratação. Qual a diferença percebida quanto às instituições do Terceiro Setor (ver a questão dos recursos financeiros também). O regime de trabalho (horas semanais, esquema de folgas).*
3. A Instituição possui cuidadores sociais do sexo masculino? *Tentar compreender se há divisão de funções entre homens e mulheres (o papel de cada um). Verificar se há tratamentos institucionais diferentes para homens e mulheres. Descobrir a importância, na visão do entrevistado, do cuidador social - homem.*
4. Por fim, a Instituição é fiscalizada de alguma forma quanto ao trabalho dos cuidadores sociais (seja no momento da contratação ou no exercício das funções)?

**ANEXO II – ROTEIRO DE ENTREVISTA: INSTITUIÇÃO DE
ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES COMPOSTA
APENAS POR CUIDADORAS SOCIAIS**



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - SER
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

ROTEIRO DE ENTREVISTA

**A DISCUSSÃO DE GÊNERO NO CUIDADO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES
EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO NO DISTRITO FEDERAL – DF**

Objetivo da Pesquisa: Discutir as relações de gênero nos serviços de cuidado das Instituições de Acolhimento para Crianças e Adolescentes do Distrito Federal – DF.

Questionário n°: _____

Data: ____/____/____

Local: _____

Orientações a serem seguidas pelo entrevistador:

Este questionário só deve ser aplicado após a autorização e preenchimento do Termo de Concessão Livre e Esclarecido (TCLE) pelo entrevistado. É imprescindível a realização da entrevista em local que não comprometa o sigilo da pesquisa ou cause transtornos ao entrevistado. E lembre-se: “é muito importante que se respeite a própria maneira como a pessoa se coloca em uma entrevista” (BRANDÃO, 2007:19).

Dados do entrevistado:

Nome:

Idade:

Função:

Perguntas:

1. Como vocês chamam as cuidadoras sociais na Instituição? (Mães sociais? Educadoras sociais?). *Procurar entender o posicionamento da pessoa no que se*

refere à função dos cuidadores sociais e como essa função se relaciona com a terminologia utilizada.

2. Qual o seu papel na contratação das cuidadoras sociais? Você está em todas as etapas da contratação?
3. Quais as características da contratação das cuidadoras sociais na Instituição? *Procurar entender como é o processo de contratação, quais características se procura nas mulheres que se candidatam as vagas, quais as decisões administrativas por trás da contratação.*
4. A Instituição já contratou cuidadores sociais do sexo masculino? *Procurar saber se há algum debate sobre isso na Instituição.*
5. Por fim, a Instituição é fiscalizada de alguma forma quanto ao trabalho das cuidadoras sociais (seja no momento da contratação ou no exercício das funções)?

**ANEXO III – ROTEIRO DE ENTREVISTA: INSTITUIÇÃO DE
ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES COMPOSTA POR
CUIDADORES SOCIAIS DO GÊNERO FEMININO E MASCULINO**



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - SER
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

ROTEIRO DE ENTREVISTA

**A DISCUSSÃO DE GÊNERO NO CUIDADO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES
EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO NO DISTRITO FEDERAL – DF**

Objetivo da Pesquisa: Discutir as relações de gênero nos serviços de cuidado das Instituições de Acolhimento para Crianças e Adolescentes do Distrito Federal – DF.

Questionário n°: _____

Data: ____/____/____

Local: _____

Orientações a serem seguidas pelo entrevistador:

Este questionário só deve ser aplicado após a autorização e preenchimento do Termo de Concessão Livre e Esclarecido (TCLE) pelo entrevistado. É imprescindível a realização da entrevista em local que não comprometa o sigilo da pesquisa ou cause transtornos ao entrevistado. E lembre-se: “é muito importante que se respeite a própria maneira como a pessoa se coloca em uma entrevista” (BRANDÃO, 2007:19).

Dados do entrevistado:

Nome:

Idade:

Função:

Perguntas:

1. Como vocês chamam os cuidadores sociais na Instituição? (Mães sociais? Pais sociais? Educadores sociais?). *Procurar entender o posicionamento da pessoa*

no que se refere à função dos cuidadores sociais e como essa função se relaciona com a terminologia utilizada.

2. Qual o seu papel na contratação dos cuidadores sociais? Você está em todas as etapas da contratação?
3. Quais as características da contratação dos cuidadores sociais na Instituição? *Procurar entender como é o processo de contratação, quais características se procura nos sujeitos que se candidatam as vagas, quais as decisões administrativas por trás da contratação.*
4. Quais as suas motivações para contratar um cuidador social?
5. Qual é o perfil dos sujeitos que se candidatam às vagas de cuidador social?
6. Qual a quantidade de cuidadores sociais na instituição (em relação ao gênero sexual)? *Procurar compreender a percepção do profissional sobre isso.*
7. Por fim, a Instituição é fiscalizada de alguma forma quanto ao trabalho dos cuidadores sociais (seja no momento da contratação ou no exercício das funções)?

ANEXO IV – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - SER
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o(a) Sr(a) a participar da pesquisa “A DISCUSSÃO DE GÊNERO NO CUIDADO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE ACOlhIMENTO NO DISTRITO FEDERAL – DF”, a qual pretende discutir as relações de gênero nos serviços de cuidado das Instituições de Acolhimento para Crianças e Adolescentes do Distrito Federal – DF.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevista gravada.

O(a) Sr(a). tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa.

O(a) Sr(a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e divulgados, mas sua identidade não será divulgada. A pesquisa não oferecerá riscos para sua saúde, condições de trabalho, relacionamento com terceiros, entre outros.

Para qualquer outra informação e/ou solicitação dos resultados da pesquisa, o (a) Sr(a) poderá entrar em contato com o pesquisador pelo e-mail anacarolina.moura@hotmail.com ou pelo telefone (61)93584736.

Consentimento pós-informação:

Eu, _____, contato de telefone _____, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e o porquê precisa da minha colaboração, e concordo em participar da pesquisa. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Assinatura do pesquisador

Assinatura do participante

Brasília, _____ de 2015.

